

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 090/091

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 07: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 01: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati..*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Irineu Colombo e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1303**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a dispensa de Redação Final para os Projetos de Lei nº 589/99, 134/2000 e 143/2000.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) CARLOS SIMÕES

**REQUERIMENTO Nº 1296**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 sessões do projeto de lei nº 115/2000.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) ALGACI TULIO, BERALDIN,  
RICARDO CHAB, LUIZ CARLOS MARTINS  
E GERALDO CARTÁRIO.

**REQUERIMENTO Nº 1300**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 404/99, que autoriza o Poder Executivo Estadual a incluir no nível PG7, os professores que o tiveram certificado até 30 de julho de 1999 e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 1302**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 215/2000, item 11 da presente Ordem do Dia da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) CESAR SELEME

**REQUERIMENTO Nº 1305**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1288**

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a aprovação de apoio operacional para a realização do Seminário “Estado e Políticas Sociais no Brasil”, em parceria com a Universidade Estadual do

Oeste do Paraná (Unioeste), com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da Comissão de Educação, em conformidade com o projeto em anexo.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO E HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 1279-B

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário a inclusão da Emenda ao Projeto de Lei nº 091/2000, de suas autorias, na pauta da convocação de transformação do Plenário em Comissão Geral, marcada para o próximo dia 28 de junho do corrente ano.

Justificam a solicitação na necessidade urgente de aprovação do projeto em apreço que visa “Autorizar o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais na faixa de fronteira”.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI E ADEMAR TRAIANO  
Apoioamento:

Renato Gauchó, Luiz Carlos Martins, José Maria Ferreira, Beto Richa, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Luiz Accorsi, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Elio Rusch e Fernando Ribas Carli.

#### REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem REQUEREM de Vossa Excelência que as contas do Paraná Cidade, relativas ao exercício de 1999, sejam de conformidade com o artigo 75 da Constituição do Estado, enviadas para parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nestes termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, CAÍTO QUINTANA  
E ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor João Hermenegildo das Neves, falecido no último dia 26 de junho, no município de Japurá.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após

ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do senhor José Virgílio Castelo Branco da Rocha, ocorrido no dia 28 de junho de 2000, na cidade de Curitiba.

Requerem, ainda, que da decisão de Plenário se de ciência a família do falecido, à Rua Sete de Abril, 90, apto. 10, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(aa) CAÍTO QUINTANA E HERMAS BRANDÃO  
JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de hoje o desembargador, aposentado, senhor José Virgílio Castelo Branco Rocha, com 85 anos, que era casado com a senhora Almerinda R. M. Rocha.

José Virgílio Castelo Branco Rocha desempenhou brilhante carreira na Magistratura, culminando com a sua ascensão ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Deixou vários filhos, entre os quais, o juiz José Virgílio Castelo Branco Rocha Filho.

O falecido era natural de Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta sessão de um voto de congratulações a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, SEB, pela passagem de seu 57º aniversário de fundação, ocorrido no dia 26 de junho.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Comercial do Paraná, alusivos aos seus 110 anos de fundação, comemorados no próximo dia 30 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Jonel Chede, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 621, 8º andar, CEP 80020-925, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao 13º Batalhão de Infantaria Blindado, pela comemoração do septuagésimo sétimo aniversário de criação da unidade.

Vem ao longo dos anos, prestando relevantes serviços a comunidade Pontagrossense, enaltecendo o

município, valorizando a vida e participando da sociedade, bem como defendendo com brio e altivez a soberania Nacional.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos soldados, tenentes, e demais militares, em nome do comandante coronel Manoel Carlos Pereira Braga, na Av. Carlos Cavalcanti, 2179, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, pelo trabalho que vem sendo realizado na região de Ponta Grossa e Campos Gerais.

Venho parabenizar a Diretoria que muito se dedicou, assim como desejar muito sucesso a nova Diretoria da ACIPG, que com as atividades e incentivos aos comerciantes e industriais, contribuiu para o progresso e crescimento da região.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos funcionários e diretores, em nome do senhor Douglas Fanchin Taques Fonseca, na Rua Comendador Miró, 860, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Vanderlei Teixeira, presidente da Associação Comercial e Industrial - ACIFI de Foz do Iguaçu por sua atuação em defesa dos interesses do comércio e indústria do município e de toda a região.

Sua dedicação e competência têm contribuído significativamente para o desenvolvimento do município.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de louvor ao senhor Blairo Maggi, empresário e produtor agrícola do município de São Miguel do Iguaçu, personalidade de destaque no Brasil.

Atualmente é senador pelo Mato Grosso, Blairo Maggi é o principal fomentador do crescimento econômico e social de sua cidade natal. Juntamente com o seu pai André Maggi, firmou-se com o seu trabalho na área agrícola, sendo classificado inclusive pela revista Exame como líder na produção de soja no Brasil. Vale lembrar que iniciou as atividades em nosso Estado. Sua dedicação e competência vêm contribuindo significativamente para o desenvolvimento da região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalhou muito em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

I - o envio de expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado da Fazenda senhor Giovanni Gionédis, solicitando informações detalhadas sobre o comportamento financeiro do Banestado, no primeiro trimestre do corrente ano.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner; à secretária de Estado da Educação, Alcione Saliba e à diretora-presidente da Fundepar, Denise Margareth Oldenburg Busgal, solicitando a liberação de verbas e providências imediatas quanto ao estado crítico que se encontra o Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez, no município de Ponta Grossa.

Pela segunda vez no ano, um dos colégios mais antigos e tradicionais da cidade sofre com a chuva que invade espaços como as salas de aula, corredores, biblioteca e o ginásio de esportes.

De acordo com o diretor do colégio, Antônio Josué Júnior, a Secretaria de Estado da Educação já foi informada sobre a situação que dura seis anos. O orçamento feito pelo Decom para a recuperação do telhado ficou muito alto, então foi optado pela espuma de pluretano, como teste, que vedaria a cobertura e reduziria os custos. Após aprovado este teste com a referida espuma, a informação foi repassada para a Fundepar, que até o momento não se manifestou.

Enquanto isso a estrutura do colégio, os armários e as divisórias de madeira vão apodrecendo por causa das infiltrações. Os alunos se amontoam nas salas de aula para fugir das goteiras e poder assistir à aula.

Tal solicitação já foi feita por minha pessoa, através de requerimento em 02/02 deste.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao diretor do Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez, Antônio Josué Júnior, na Rua Joaquim de Paula Xavier, 636, Ponta Grossa /PR.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e ao secretário especial de Política Habitacional e diretor presidente da Cohapar, Rafael Bernardo Dely, solicitando a inclusão do município de Ponta Grossa na próxima etapa do Programa de Desfavelamento do Governo do Estado.

De acordo com a Central de Movimentos Populares, instituição esta que entre suas ações, auxilia moradores a legalizarem situações irregulares de moradia, existe aproximadamente 35 mil pessoas vivendo em favelas, o que corresponde a 13,6% da população de Ponta Grossa.

Após a confirmação feita pela Central de Movimentos Populares, da existência de 200 focos de favelização na cidade de Ponta Grossa, sendo vila Dalabona, vila Boa Vista, vila Liane e vila Coronel Cláudio, os pontos mais críticos, venho novamente solicitar a inclusão do município de Ponta Grossa na próxima etapa do Programa de Desfavelamento do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, solicita o envio de expediente à Fundepar, solicitando agilização na construção dos colégios nos bairros: Sol de Maio, Três Bandeiras e Cidade Nova, no município de Foz do Iguaçu-PR, pois trata-se de uma reivindicação necessária e antiga da comunidade, já sendo do conhecimento da Fundepar e cuja as obras já foram prometidas pela Secretaria de Educação, para o início do corrente ano.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) CHICO NOROESTE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 227/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Academia Paranaense de Medicina Veterinária -

Acapameve, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Medicina Veterinária - Acapameve, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida academia vem desenvolvendo ações de relevante teor acadêmico, técnico e científico, objetivando a divulgação e o desenvolvimento das principais ações ocorridas no âmbito da medicina veterinária, bem como o reconhecimento dos profissionais que obtiveram destaque nas suas respectivas áreas de atuação.

Todas estas realizações promovem de forma direta e indireta a melhoria da qualidade de vida da população, visto que os trabalhos promovidos e divulgados, contribuem para o esclarecimento de questões referentes a aspectos produtivos e sanitários para os mais variados segmentos da sociedade.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 228/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar o “Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo”, no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar o futsal e o futebol de campo na região oeste e no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará os mecanismos necessários à implantação do Centro de que trata o artigo anterior, através de programa de governo em normas e regulamentos próprios e inclusões orçamentárias futuras.

§ 1º - O orçamento do Estado poderá contemplar verbas para o “Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo” ou bem como para fundações que tenham como objetivo em seu estatuto amparar atividades esportivas.

§ 2º - O Poder Executivo, através de Secretaria de Estado do Esporte e Turismo fica autorizada a celebrar convênios os municípios da região oeste e outros órgãos e entidades estatais, para o bom desenvolvimento do presente projeto, bem como fica autorizado a firmar contratos com empresas que estejam interessadas em apoiar o futsal e o futebol de campo.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o município de Cascavel há muito tempo desponta como um centro de profissionais e eventos na área do futsal e futebol de campo dentro do Estado do Paraná, faz, se necessário a criação de um Centro de Excelência na área do futsal e futebol de campo, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar este esporte.

O futsal e o futebol de campo de Cascavel e da região já formaram grandes profissionais nestes esportes, com atletas que posteriormente se destacaram em equipes de futebol dos grandes centros, tanto no futsal, como no futebol de campo.

Anexo a este projeto estou colocando documentos que comprovam a excelente estrutura física nas áreas de futsal e futebol de campo, tendo diversos ginásios e campos de futebol, maioria pertencentes ao município e outros a particulares.

Ante ao exposto, peço aos nobres Pares o voto favorável a este projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 229/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos municípios de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Reserva, Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Porto Amazonas e Carambeí.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a região metropolitana, sendo que o município de Ponta Grossa será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Ponta Grossa e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O governo do Estado deverá prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção das atividades e funções do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Ponta Grossa;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a região metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.º

Art. 7º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O planejamento moderno deverá ser sistêmico e orgânico para que os resultados efetivamente tragam algum benefício para a sociedade. Assim, uma das técnicas muito utilizadas em todo o mundo é o planejamento regional. Dentro desta perspectiva, os municípios de uma região determinada e com afinidades de natureza histórico-cultural e mesmo de espaço geográfico, passam a fazer parte de um projeto definido de desenvolvimento envolvendo todas as situações do indivíduo-cidadão bem como da comunidade como um todo.

No Brasil, a constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se

organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio do nosso país. Assim, o artigo 25, § 3º da CF delega aos Estados a criação através de lei complementar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Ponta Grossa têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da Universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim todo um universo convergente que habilita a constituição de uma região metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Assim, além de necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa comunga com o anseio da comunidade que exige, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades.

**PROJETO DE LEI Nº 230/2000**  
**A Assembléia Legislativa do**  
**Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Poderá ser explorado pela Serlopar, sem prejuízo de outras modalidades, o seguinte Concurso de Prognóstico Numérico.

I - Vídeo-Loteria, que consiste em máquinas eletrônicas recreativas para adultos, doravante denominadas Máquinas Eletrônicas Programadas (MEP).

Art. 2º - São consideradas Máquinas Eletrônicas Programadas (MEP):

I - máquinas eletrônicas e/ou eletromecânicas; individuais; microcontroladas, por programas de computador, instalados na própria máquina ou por placas de circuito impresso; com gerador aleatório de sorteio; com um ou mais sorteios por jogadas; caracterizada por vídeo, rodilhos ou leds; com motivos de cartas de baralho, números, letras, desenhos, símbolos ou figuras; acionadas por créditos, fichas, dinheiro ou cartão; com resultados e pagamentos instantâneos pela premiação.

II - máquina eletrônicas e/ou eletromecânicas; individuais; ou coletivas, microcontroladas por programa de computador, instalados na própria máquina ou por placa de circuito impressos; com gerador aleatório de sorteios; com um ou mais sorteios por jogadas; com motivos de números, animais ou figuras; acionadas por crédito, fichas, dinheiro ou cartão; com resultado e pagamento instantâneo pela premiação; caracterizada pelos sorteios e resultados fisicamente visualizados ou por vídeo; com a possibilidade de mais de um jogador participar simultaneamente mesma aposta, desde que a individualize.

Parágrafo Único - Estão vedadas para operação, as máquinas que não possuam gerador aleatório de sorteios com programas.

Art. 3º - Essas máquinas (MEP) poderão ser instaladas, individual e coletivamente, em:

I - pontos dispersos, acumulativas a outra atividade comercial, tais como: bares, lanchonetes e similares; hotéis e similares; agências lotéricas e credenciadas;

II - em lojas específicas, com estrutura exclusiva para jogos eletrônicos, só podendo conviver no mesmo espaço físico, com bares.

§ 1º - As MEP tratadas no item II do artigo 2º só poderão ser instaladas em salas específicas e/ou agentes credenciados.

§ 2º - É vedada a instalação de qualquer modelo ou tipo de máquina (MEP), nos salões de bingos tradicional, exceto aquelas tratadas especificamente na Lei do Bingo.

Art. 4º - Para evitar problemas burocráticos, os estabelecimentos que utilizarem a exploração individual das MEP, não terão a necessidade de alterarem seus objetivos sociais.

§ 1º - As salas específicas, terão obrigatoriamente, que serem constituídas como sociedade comercial, especificamente para exploração de jogos eletrônicos para adultos.

§ 2º - As salas específicas não poderão ter nenhuma visão da rua, e não poderão ser vistas de fora do prédio.

§ 3º - Nas salas específicas, será possível a instalação de máquinas on line, com acumulador central. Essas máquinas não poderão ser de quantidade maior que 20% do total de máquinas instaladas na loja.

Art. 5º - Todas as MEP's, deverão garantir um percentual de devolução mínimo de 80%, do total de créditos apostados, para um tempo médio de 30 dias.

Art. 6º - Para executar os serviços descritos no artigo 1º, o Serlopar, deverá contratar sociedades comerciais, para exploração desses serviços, desde que aptas, e em conformidade com esta lei.

Art. 7º - Caberá, exclusivamente, ao Serlopar, a regulamentação, a fiscalização e o controle financeiro, destas concessões, com exclusão de qualquer outro órgão estadual, mesmo policial, assim bem como à responsabilidade perante os órgãos fiscalizadores do Estado do Paraná.

Art. 8º - Para resguardar a Constituição Federal, artigo 5º, "Direito Adquirido e Coisa Julgada", estarão aptas as empresas com sentenças judiciais do Paraná, anteriores à publicação desta lei.

Art. 9º - Para execução dos serviços descritos no artigo 6º, as empresas serão classificadas como:

I - Fornecedores, que serão os fabricantes, nacionais ou estrangeiros, que poderão operar seus próprios equipamentos, respeitando os limites desta lei.

II - Operadores, que serão as empresas contratadas por um ou mais fornecedores para operação das MEP's.

Art. 10 - Visando a pulverização da atividade, as empresas fornecedoras e/ou operadoras, só poderão operar um máximo de 300 máquinas por município, e no máximo 5 municípios operáveis no Estado, independente de quantas máquinas operáveis por município.

Parágrafo Único - Primeiro: o quantitativo de máquinas operáveis, será intransferível, entre as empresas.

Art. 11 - Haverá sempre, um mínimo de 2 empresas operadoras por município.

Art. 12 - O Serlopar, deverá ter como critério para quantificar as máquinas por município, a razão máxima de 3 MEP, para cada 1000 habitantes.

Art. 13 - As empresas fornecedoras interessadas no credenciamento pelo Serlopar, deverão ser pessoa jurídica de direito privado, que terão que:

I - Apresentar instrumento de constituição, e alterações, se for o caso, cujo objeto social especifique indústria de equipamentos eletrônicos, demonstrando capital social integralizado de no mínimo 50.000 UFIR's, e com data de constituição de no mínimo 12 meses anteriores a publicação desta lei.

II - Certidões negativas de falência, concordata e protesto de títulos, da empresa e dos sócios.

III - Certidões negativas do distribuidor do foro da sede da empresa e dos sócios.

IV - declaração de conhecimento e compromisso de cumprimento das disposições contidas nesta lei, e na resolução de regulamentação.

V - Prova de registro no CNPJ/MF e inscrição estadual.

VI - Último balanço, que anteceda a data do pedido de credenciamento.

VII - Certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais.

VIII - Projeto industrial de fabricação, com descrição de no mínimo 3 (três) modelos diferentes de máquinas.

IX - Declaração de conhecimento e compromisso de cumprimento das disposições contidas nesta lei, e na resolução de regulamentação.

Art. 14 - No caso de aprovação cadastral, as empresas fornecedoras, só receberão seu credenciamento, após comprovarem depósito bancário em favor do Serlo-

par, no valor de 20.000 UFIR's, como pagamento pela concessão.

Art. 15 - As empresas operadoras interessadas no credenciamento no Serlopar, deverão ser pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Paraná, naquele que será um dos cinco pleiteados para a operação, e:

I - Instrumento de constituição e últimas alterações, se for o caso, cujo objeto social especifique a exploração de jogos, demonstrando capital social integralizado de 15.000 UFIR's no mínimo e com data de constituição de no mínimo 12 meses anteriores.

II - Último balanço que antecedeu a data do pedido do credenciamento.

III - Prova do registro no cadastro do Ministério da Fazenda e inscrição estadual.

IV - Certidões negativas de tributos federais (INSS, FGTS, PIS), estaduais e municipais.

V - Certidão negativa de falência, concordata e protesto de título, da empresa e sócios.

VI - Certidão negativa do distribuidor do foro da sede da empresa, e dos sócios.

VII - Certidão negativa do órgão de proteção ao consumidor da sede da empresa.

VIII - Notas fiscais de compra, no caso de propriedade das máquinas, e contrato de locação ou comodato, no caso das máquinas serem arrendadas.

IX - Declaração de conhecimento e compromisso de cumprimento das disposições contidas nesta lei e na resolução de regulamentação.

Art. 16 - No caso de operação cadastral, as empresas operadoras, só receberão seu cadastramento, após comprovarem depósito bancário em favor do Serlopar, no valor de 5000 UFIR's, como pagamento pela concessão.

Art. 17 - Não serão cadastradas nem como fornecedora nem como operadora, as empresas que porventura alguns de seus sócios tenham sido condenados pelos crimes ou contravenções abaixo:

a) No Código Penal, Parte Especial, títulos II, IV, VI, X e XI.

b) Na Lei das Contravenções Penais, Parte Especial, capítulos V, VI, VII e VIII.

c) Na Lei 8137 (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo).

d) Na Lei 8076 (Proteção ao Consumidor).

e) Na Lei 8069 (Estatuto do Menor).

f) Na Lei 8072 (Crimes Hediondos).

Art. 18 - Os acionistas que participam de uma empresa já cadastrada, só poderão figurar como quotistas, em no máximo mais 3 (três) empresas, independentes do percentual participativo.

Art. 19 - Só poderão ser operadas no Estado do Paraná, MEP's produzidos por fornecedores credencia-



dos pelo Serlopar, e com laudos técnicos, probalísticos e comprobatórios

Art. 20 - Para comprovar as exigências do artigo 5º, duas MEP's de cada modelo, deverão ser apresentadas a Universidade do Paraná, para que proceda exames técnicos que comprovem entre outras coisas: nível de inviolabilidade; exatidão na aferição de leituras físicas, mecânicas e eletrônicas; resistência à ações externas, que influenciem seus programas e pagamentos; exames probalísticos que comprovem seus percentuais de devolução, retenção e timer.

Parágrafo Único - Como remuneração, e para subsidiar custos, a UFPR poderá cobrar até 3.000 UFIR's, por modelo de MEP's, nas quais faça perícia técnica e probalísticas.

Art. 21 - Poderão ser aceitos laudos técnicos das Universidades UFSC, UFRJ, USP, PUC/RJ e Unicamp, desde que:

I - Sejam anteriores à data da publicação desta lei.

II - Já tragam, avaliações dos itens propostos no artigo 19 desta lei, e na respectiva regulamentação do Serlopar.

Art. 22 - Para satisfazer a exigência comprobatória, do artigo 18, todas as máquinas de modelos iguais, as 2 (duas) periciadas pela UFPR, ou laudadas pelas Universidades descritas no § 1º, do artigo 19, deverão ser apresentadas pelo Serlopar ao Instituto de Criminalística de Londrina / PR, para que sejam verificadas, e caso seja comprovada serem idênticas aos modelos laudados, serão lacradas e seladas, e somente após esta selagem, poderão ser operacionalizadas.

Art. 23 - Todas as MEP's, em operação, deverão possuir placas acrílicas, 0.23 x 0.14, afixada na lateral da MEP, onde estarão afixados:

I - A placa metálica identificadora do fornecedor.

II - Selo comprobatório da criminalística.

III - Selo mensal do Serlopar.

IV - Telefone da ouvidoria do Serlopar.

Art. 24 - Na regulamentação, o Serlopar deverá propor outros itens de exigências técnicas, que julgar necessárias.

Art. 25 - Os fornecedores credenciados, quando solicitarem autorização para utilização de seus modelos de MEP's, deverão encaminhar ao Serlopar:

I - Fotos e manuais descritivos para arquivamento.

II - Documentação que comprove sua origem.

Art. 26 - Quanto a comprovação, da origem, as MEP's podem ser:

I - Nacionais, quando produzidas no Brasil, com comprovação do recolhimento do IPI, ou se comprada, com a respectiva nota fiscal.

II - Estrangeiras, quando importadas legalmente, comprovada através de laudo da Receita Federal, que ateste: sua procedência, sua classificação e alíquota correta; a veracidade das DI's e sua existência no Siscomex/MF e sua data de importação anterior a IN.SRF 126 e 172.

Parágrafo Único - Caso, no futuro, este IN.SRF seja cancelada, poderão ser cadastradas máquinas importadas após o ato de cancelamento.

Art. 27 - A instalação das máquinas dispersas e das lojas específicas, só será possível, com a aquiescência da Prefeitura Municipal, e de acordo com a Lei de Posturas Municipais.

Art. 28 - É terminantemente proibido o acesso as máquinas e/ou salas específicas a menores de 18 anos, mesmo acompanhados dos responsáveis.

§ 1º - É extremamente vedada a instalação de qualquer MEP, em salões e/ou ambientes comerciais onde convivam operacionalmente com máquinas juvenis (vídeo-game).

§ 2º - A responsabilidade policial e jurídica, pelo descumprimento deste artigo será compartilhada pela empresa operadora e pelo responsável pelo estabelecimento comercial infrator.

Art. 29 - Para que haja uma concorrência sadia, e preservar o comerciante de pressões, a comissão de remuneração dos pontos de operação, será de:

20% para máquinas dispersas.

30% para máquinas de lojas específicas.

Art. 30 - Serão de exclusiva responsabilidade das sociedades comerciais fornecedoras e operadoras, atitudes incorretas e/ou dolosas na operação dos jogos, com relação aos efeitos dela decorrente.

Art. 31 - Compete ao Serlopar, expedir resolução normativa e regulamentadora, no prazo de 30 dias, após a publicação desta lei.

Art. 32 - As máquinas MEP's, depois de instaladas, pagarão ao Serlopar, através de selo mensal, a quantia correspondente à 50 UFIR's por máquina.

Art. 33 - Para remunerar as prefeituras locais, as máquinas, depois de instaladas, pagarão as prefeituras, através de selo anual, a quantia correspondente à 180 UFIR's por máquina.

Parágrafo Único - As Prefeituras Municipais deverão normatizar suas cobranças, para tanto, deverão expedir norma reguladora, no prazo de 30 dias após a publicação desta lei.

Art. 34 - Não incidirão sobre as MEP's, mais nenhum outro tributo, que os escritos nesta lei.

Art. 35 - As empresas que estejam operando equipamentos de vídeo locadora no Estado do Paraná, terão 30 dias após a regulamentação, para se adequarem a esta lei.

Art. 36 - O não cumprimento desta lei, e de sua respectiva regulamentação, por parte de fornecedores e/ou operadores, acarretará na lacração temporária da máquina, e em caso de reincidência, no cancelamento do credenciamento.

Art. 37 - O Serlopar, deverá solicitar o aparato policial necessário, para acompanhar seus fiscais, no recolhimento as máquinas irregulares, que deverão ser conduzidas para depósito e guarda sob responsabilidade do Serlopar, que no caso de perdimento, procederá sua destruição.

Art. 38 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas leis, decretos, portarias, e demais disposições, que a contrariem parcial ou integralmente.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

Hoje prevê-se que existam aproximadamente 150 grupos operadores de máquinas eletrônicas, erroneamente chamadas caça-níqueis, que devem operar algo em torno de 5.000 máquinas no Estado do Paraná, que envolve algo em torno de 2000 empregos e movimentam aproximadamente R\$3.000.000,00 mensalmente.

Segundo dados policiais, só em Curitiba devem existir 2.500 máquinas, operadas por 50 ou 60 empresas. Dessas operadoras no Estado, somente 8 ou 10 estão amparadas pela Justiça, inúmeras estão aguardando liminares e/ou sentenças. Sobrecarregando a Justiça, e postergando assuntos de maiores interesse do Estado e do cidadão.

Como se vê, senhores, estamos de frente com uma realidade econômica e social imensa e não podemos nos omitir de buscar soluções, que transformem esse segmento informal, marginal e corruptor, em uma atividade lícita, socializador e rentável para o Estado.

Hoje, em função da falta de parâmetros regulamentadores, o Estado nada recebe, mas gasta, com ônus jurídico, e policial; as prefeituras nada recebem, mas gastam com fiscalização repressora; o Serlopar sofre uma concorrência desleal, nas máquinas legalizadas e a Secretaria de Segurança deixa de cuidar de assuntos mais importantes na esfera policial, para se envolver na repressão.

É óbvio, que tanto dinheiro movimentado, num segmento, que está a margem da lei, leva a tentativa de corrupção nos órgãos judiciais, policiais e fiscalizadores.

É preciso afastarmos o véu da hipocrisia, como fizeram os Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco.

O jogo com seu aspecto lúdico e recreativo, está intrínseco no dia-a-dia e já se tornou simpático. Essas máquinas, onde as somas envolvidas a nível pessoal, não permitem nem a falência nem a riqueza, são hoje consideradas recreativas para adultos, e sem caracterizar a contravenção, conforme pareceres jurídicos, dos mais eminentes juristas deste país, como os doutores Paulo Napoleão Nogueira da Silva, Manoel Gonçalves Filho, Damasio de Jesus, Miguel Reale, José Frederico Marques, Magalhães Noronha, Celso Bastos e Ives Granda, todos considerados formadores de opinião jurídica e com o maior embasamento filosófico.

Ter a capacidade de observar o dia-a-dia, e transformar essas observações em parâmetros e conduta ética-comunitária, é a função do legislador.

#### PROJETO DE LEI Nº 231/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Dentre as exclusões constantes do artigo 7º da Lei nº 11.071/95, fica acrescentado as vantagens previstas nos artigos 91 e 92 da Lei nº 7.051/78.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(aa) DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO  
ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, CEZAR  
SILVESTRI E EDNO GUIMARÃES.

#### PROJETO DE LEI Nº 232/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada Universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3 (três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em conjunto com as universidades envolvidas, editar as regras para o preenchimento das vagas, determinação dos cursos, seleção dos candidatos e estabelecer as demais disposições necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei dispõe que as universidades instituídas ou criadas pelo Estado do Paraná deverão reservar cada uma 3 (três) vagas aos índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses nos processos de seleção para ingresso em curso superior ou nos chamados vestibulares.

Ela dispõe ainda que compete à Secretaria de Estado do Ciência, Tecnologia e Ensino Superior editar todas as regras necessárias ao seu cumprimento, em conjunto com as universidades envolvidas.

Os índios constituem uma população que merece tratamento especial do Estado, pois o artigo 231 da Constituição Federal estabelece que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”.

A Constituição do Estado do Paraná contém disposição semelhante e todas elas destinam-se a sua proteção.

A população indígena, a partir do contato com os não índios, suportou toda sorte de adversidades e até hoje sofre preconceitos e discriminações, com grandes dificuldades e falta de apoio quando quer, voluntariamente, incorporar-se à vida nacional.

O índio continua vivendo sem oportunidades, apesar do decantado tratamento especial e, ainda, é submetido a processo de competitividade em nível de desigualdade com os não índios.

Ele representa o segmento economicamente mais pobre entre os necessitados e não tem como manter-se ou educar-se fora de suas terras.

O presente projeto de lei, reservando 3 (três) vagas no vestibular aos índios, de modo a permitir-lhes o ingresso em cursos superiores, quer diminuir essas distorções, resgatando-lhes direitos e oportunidades nessa área da educação.

Quer ainda propiciar-lhes condições de acesso à vida nacional por intermédio do caminho mais adequado, que é justamente a educação.

O presente projeto de lei, finalmente, é constitucional, uma vez que não contraria o princípio da igualdade expresso no artigo 5º da Constituição Federal.

“A regra da igualdade não consiste senão em quin-hoar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem”, segundo a frase conhecida de Rui Barbosa (Oração aos Moços).

Os índios estão sujeitos a tratamento especial porque são desiguais diante da regra da isonomia.

A prática de conceder direitos especiais ou determinadas garantias às minorias, levando, inclusive, em consideração raça ou etnia, hoje é comum na legislação dos países democráticos, principalmente nos Estados Unidos, desde a decisão proferida pela Suprema Corte no célebre caso Bakke, publicado em 28 de junho de 1978

(438 US 265 ou Repertório de Jurisprudência da Suprema Corte volume 438 página 265).

A Suprema Corte considerou constitucional a disposição da Universidade da Califórnia que estabeleceu quotas para ingresso de negros na instituição de ensino superior, levando em conta, dentre outras condições, a raça.

É a justificativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças, PSL, PT, PDT, PST, PSB, PTB.

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna da Assembléia, hoje, para trazer ao conhecimento da Casa, muito embora esta Casa já tenha aprovado na tarde da última segunda-feira um requerimento de minha autoria, de congratulações, de Menção Honrosa a uma empresa, a um meio de comunicação que, sem dúvida alguma, ao longo do tempo foi e tem sido o grande instrumento de unificação, tem sido o grande instrumento, muito embora, com o advento da televisão, com todo o respeito à televisão, não caiu, manteve-se em pé e muito mais forte ainda.

Falo, senhor presidente, senhores deputados, da Rádio Clube Paranaense, a PR B-2, que na data de ontem comemorou 76 anos de existência. Primeiro veículo de comunicação no Estado do Paraná, uma emissora que era a ligação da Capital com o interior do Estado, da ligação da Capital com o restante do País. E que é, ainda, pelas suas potente ondas curtas, que atingem níveis até mundiais pela sua pontecialidade.

A Rádio Clube Paranaense, a mais antiga do nosso Estado, a terceira mais antiga do País e a de maior potência no Estado do Paraná, comemorou ontem 76 anos de fundação.

Em uma época em que rádio era coisa de amigos, que se reuniam e resolviam fundar uma emissora, originando os clubes e sociedades que deram os nomes às diversas emissoras no Brasil, os amigos Fido Fontana, Lívio Gomes de Moreira e João Alfredo Silva se reuniram em junho de 1924 com um objetivo único: colocar a rádio Clube no ar.

Às 11:00 horas do dia 27 de junho daquele ano, quando Curitiba tinha apenas 70.000 habitantes, a Rádio fez a sua primeira transmissão, através de um aparelho com a irrisória potência de 3 watts (hoje, são 50 mil quilowatts) instalado na casa do Lívio situação que permaneceu até 1926, quando a rádio obteve licença para o seu funcionamento definitivo e foi instalada numa pequena sala do sótão do Clube Curitibano.

Desde então, a Rádio teve diversas sedes. Da Mansão das Rosas à residência de Lívio Moreira, e do Clube Curitibano ao Alto do São Francisco, no prédio cedido

pelo governo onde hoje funciona a União Cívica Feminina. Atualmente, a B-2 ocupa um equipado prédio no bairro do Rebouças. Um complexo que abriga as 3 ondas curtas: onda médias, a Rádio Paranaense e a Rádio Clube FM.

Durante mais de duas décadas, a Rádio Clube foi a única emissora de Curitiba, pois apenas na década de 40 surgiu a Rádio Marumby e em seguida a Rádio Guairacá. Nesta época, um dos programas de maior repercussão era a Revista Matinal, comandado por Artur Souza e que ficou no ar por 29 anos. Além disso, a Rádio Clube mantinha na programação 14 novelas diárias e os louváveis programas de auditório com uma audiência quase unânime.

Na época de ouro, a Rádio Clube, além de valorizar seu staff, trouxe para seus microfones muitos nomes famosos como Orlando Silva, Ataulfo Alves, Dalva de Oliveira, Gregório Barros, Nuno Roland, Tito Schipa, Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Emilinha Borba, Marlene e outros.

A Clube foi também pioneira na transmissão esportiva no Paraná, quando transmitiu pela primeira vez um Atletiba, em dois de setembro de 1934. Ainda, carrega o trunfo de já ter transmitido os jogos de todas as copas do mundo. No radioteatro, clássico da década de 50, a B-2 também teve os seus dias de glória e transmitiu pela primeira vez a Ceia dos Cardeais, de Julio Dantas, tendo como participantes três intelectuais de Curitiba, Heitor Stokler de França, Sá Barreto e Correia Júnior. Atualmente, um dos planos da emissora é trazer à tona programações semelhantes à radionovela, mas a “novidade” ainda não tem data para ir ao ar.

A emissora é mantida atualmente pela Fundação Nossa Senhora do Rocio, cuja diretoria é composta por Euro Brandão (presidente), Luiz Afonso Capilhone (vice-presidente) e pelos conselheiros José Geraldo Lopes de Noronha, Lourival Scheidweiller e Robson Scárdua. O superintendente da rádio é Vicente Mickosz, que trabalha há 40 anos na Rádio Clube. O objetivo da Fundação é propugnar a formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro. Por isso a programação da rádio atualmente baseia-se no tripé “formação, informação e lazer, dentro de uma filosofia cristã”.

A fundação está ligada à Congregação dos Irmãos Maristas e abriga a emissora AM, que transmite em ondas médias e curtas, da Clube Paranaense, além da FM Clube. A B-2 possui mais de 70 colaboradores, entre jornalistas, profissionais da comunicação e funcionários técnico-administrativos.

Desde a sua fundação, a Rádio Clube se destacou pela preocupação de bem informar. Hoje integra a Rede Católica de Rádio - RCR, junto com outras 170 emissoras. É uma das rádios mais ouvidas do Estado Paraná e da nossa Capital.

O rádio, a voz, o infinito, é a onipotência feito de som. Houve tempos em que os deuses falavam aos homens do alto temeroso dos céus. Muitas vezes, Adão

ouviu as advertências do pai Eterno e Júpiter falava através do trovão. Depois da Grécia os deuses calaram-se.

Então, o mundo ouviu a voz das guerras. O estridor das armas em choque e o gemido dos moribundos. Na Idade Média, era o demônio que falava através das velhas, em cujo corpo de abrigava. Passou a Idade Média e o Diabo calou-se para sempre.

Vejo a Renascença e as catedrais fizeram ouvir a voz sonora dos seus sinos. Depois, o Racionalismo, a Dúvida e a Máquina - e logo se ouviu a buzina dos automóveis, a sirena das fábricas, o apito agudo das locomotivas. As máquinas a vapor forneciam os pulmões, através dos quais respirava a Humanidade.

Em seguida, a Eletricidade, de Edson, e por fim, Marconi e o Rádio. Ainda hoje, em meio a tantos avanços e novidades nos meios de comunicação, o rádio nos traz em casa, quase de graça, a Terra inteira, com o rumos das suas cidades, o cantar de seus artistas, os versos de seus poetas e todo o esplendor sonoro das suas conquistas, dos seus protestos e das suas angústias.

Quem possui um aparelho de rádio, continua a ser um Alexandre, um dominador do mundo, que não precisa sair de casa para tê-los aos seus pés. Apesar das profecias que pregavam e continuam pregando que o Rádio tenderá a acabar com a era da informática na comunicação, a comprovação desta tese caminha em sentido contrário. Pesquisas revelam que nos últimos cinco anos a audiência de rádio cresceu 35% em comparação às outras formas de comunicação.

Assim disseram quando veio a Televisão. Assim, também foi dito do Rádio em AM, quando o próprio Rádio passou a difundir-se em Frequência Modulada, a chamada FM. Entretanto, ao Rádio dos primeiros tempos, o ouvinte do Rádio em AM sabe, que no sossego das matas ou no trânsito agitado das cidades, no escuro da noite e no claro do dia, é o Rádio, e especialmente o Rádio em AM, que abraça o rico nas mansões senhoriais, da mesma forma como é acolhido na choupana do pobre. Assim tem sido desde 1922, com Roquete Pinto, o pioneiro da radiodifusão no Brasil, e aqui no Paraná, na nossa Curitiba, desde 1924, com a Rádio Clube Paranaense - RCP-2

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, como um funcionário da Rádio Clube Paranaense, há quase vinte anos, por dois períodos de passagem por aquela emissora, sinto-me no dever e na obrigação de fazer com que essa Casa reconheça, evidentemente, o potencial do rádio e, no caso, da Rádio Clube Paranaense.

São 76 anos. Willian Saad, que está aqui, trabalhou durante muito tempo na Rádio paranaense. Luiz Carlos Martins, deputado desta Casa, também foi comunicador da Rádio Clube Paranaense. Sabem da importância do rádio e do potencial que ele oferece. Sabem da agilidade e da facilidade que há na comunicação do rádio.

Por isso, senhor presidente, essa Casa aprovou, na última segunda-feira, o voto de congratulações de

menção honrosa, que eu gostaria, agora, em nome desta Casa, que Vossa Excelência, senhor presidente, levarei à Presidência - fizesse a entrega ao doutor Vicente Nicos, que representa a Fundação Nossa Senhora do Rocio, diretor da Rádio Clube há mais de 40 anos, possa receber das suas mãos esta comenda, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência congratula-se com o deputado Algaci Túlio, pela justa homenagem que presta à Rádio Clube e, em nome de toda a Assembléia, nos irmanamos a essa homenagem.

Está suspensa a sessão por apenas alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está reaberta a sessão.

Com a palavra o doutor Vicente Mickosz.

O SR. VICENTE MICKOSZ

Excelentíssimo senhor deputado, Nelson Justus, digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, demais autoridades que compõe a mesa, Excelentíssimo senhor deputado Algaci Tulio, proponente da mensagem, senhores deputados, senhoras e senhores.

Sem dúvida alguma é um momento de muita emoção quando vemos as autoridades da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votarem moção em favor da Rádio Clube Paranaense, depositando assim um voto em favor da mais antiga emissora do Estado do Paraná. Por proposição do deputado Algaci Tulio e por unanimidade de votos é concedido esse título a esta emissora.

Nós, que há muitos anos estamos labutando no rádio, embora acompanhando de perto o trabalho, o desenvolvimento da emissora, somente nos últimos anos tivemos a felicidade de assumir a superintendência dessa emissora, por delegação da Fundação Nossa Senhora do Rocio. A Rádio Clube Paranaense vem prestando serviços em prol da comunidade na qual está inserida, como já falou o deputado Algaci Tulio, sempre procurando, em sua programação, no tripé formação, informação e lazer, levar mensagem dentro de uma filosofia cristã.

E uma demonstração como a que estamos recebendo, no momento, redobra a nossa responsabilidade de cada vez servir melhor a coletividade.

Portanto, senhores deputados, procuraremos enviar todos os esforços para que a emissora continue desfrutando o conceito que há muito tempo vem merecendo da comunidade do Estado do Paraná. Queremos compartilhar esta homenagem que está sendo prestada no dia de hoje a todos aqueles que fizeram e continuam fazendo

a história da Rádio Clube Paranaense, colocando-nos à disposição dos senhores, só nos resta dizer, muito obrigado, Deus lhes pague.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Cezar Silvestri e Edno Guimarães, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

## **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 585/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que designa o Instituto Criminalista do Estado do Paraná como: Instituto de Criminalista Perito Arlindo Blume. **Aprovado.**

## **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Amador Direpenti, com sede nesta capital. **Aprovado.**

## **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 075/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a Lei nº 11.552, de 02.10.1996, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Plantas Jardim Savoia e Viviane, com sede nesta capital. **Aprovado.**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 163/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que cria o Polo de Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e Eventos no Oeste do Estado do Paraná, centralizado em Toledo. **Aprovado.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no município de Mandaguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C. COM EMENDA DA C.C.J. EMENDA DE PLENÁRIO - SEM PARECERES.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01 de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi e Ademar Traiano, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 091/2000**

“§ 2º - Os detentores de títulos de alienação ou concessão de que trata o artigo 1º, com lotes de até 4 módulos fiscais, independentemente do número de propriedades que detém, terão isenção das Taxas Cartorais do Registro de Imóveis.”

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar mecanismos através dos órgãos competentes a iniciar as demarcações topográficas e posteriores regularizações de que tratam o disposto no artigo anterior.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Geraldo Cartário, Cesar Seleme e Divonsir Braz Palma.

E também sobre o referido projeto, requerimento nº 1279-B de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi e Ademar Traiano, com apoioamento dos senhores deputados Beto Richa, Renato Gaúcho, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão da emenda ao Projeto de Lei nº 091/2000, na pauta da convocação de transformação do Plenário em

Comissão Geral, marcada para o próximo dia 28 de junho do corrente ano. **Aprovado.**

Designo o deputado Cesar Seleme que relate a emenda de Plenário apresentada ao Projeto de lei nº 091/2000.

**(Deputado Cesar Seleme faz a leitura do parecer).**

Está em votação o parecer do relator. **Aprovado.** Em votação ao projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

**ITEM 07**

2ª Discussão - do Projeto de Resolução nº 012/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL AS EMENDAS DE NºS 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08 E 09 E CONTRÁRIO AS DE NºS 02 e 10.

**EMENDAS AO PROJETO DE  
RESOLUÇÃO Nº 012/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de resolução, de autoria do Nobre deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional, recebeu dez emendas de Plenário durante a sua discussão.

Analisando as emendas apresentadas esta Comissão Executiva apresenta Parecer Favorável à Emenda nº 01, de autoria do deputado Caíto Quintana e acolhe, também, as de nºs 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, todas de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que deverão ser inseridas no texto Substitutivo Geral da Emenda nº 01.

Quanto a emenda de nº 02, que diminui para 5.000 as subscrições para apresentação de emenda popular, apresentamos Parecer Contrário pois a mesma contraria o princípio constitucional que estabelece, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual para se dar início a projetos de iniciativa popular.

Apresentamos, também, parecer contrário à Emenda nº 10, que suprime a possibilidade de antecipação do término dos trabalhos da revisão constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre o referido projeto, 59 Emendas em nº de 10 de autoria dos senhores deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e Péricles Mello, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2000  
TÍTULO I**

## DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Os trabalhos de revisão constitucional se regerão por esta resolução e, subsidiariamente, pelas normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

§ 1º - As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 28 deputados estaduais, registrada pelas listas próprias e se realizarão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14 horas e terminando às 19 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9 horas às 13 horas, sempre em sessões especiais, em horário diferente das sessões ordinárias normais;

II - as extraordinárias, mediante:

a) convocação de seu presidente;

b) decisão do Plenário decorrente de requerimento de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem esse número.

§ 2º - Os trabalhos da Assembléia Legislativa, inclusive reuniões de comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões da revisão.

## TÍTULO II DOS TRABALHOS DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

### Capítulo I

#### Da Direção dos Trabalhos

Art. 2º - Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados sob a direção da Mesa da Assembléia Legislativa.

### Capítulo II

#### Da Discussão das Propostas de Emenda e da Votação

Art. 3º - Na sessão seguinte à publicação destas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que se prolongará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo Único - Antes de se iniciar a discussão, o presidente designará o relator e, a pedido deste, nomeará relatores adjuntos.

Art. 4º - Poderão oferecer emendas nos 30 (trinta) primeiros dias de discussão:

I - qualquer deputado estadual;

II - representação partidária com assento na Assembléia Legislativa, por meio de líder.

§ 1º - As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, com expressa indicação do dispositivo capítulo ou título da Constituição Estadual a que se referem ou com o qual tenham correlação.

§ 2º - As emendas deverão incluir, quando for o caso, disposições transitórias relativas a sua entrada em vigor.

§ 3º - É vedada a apresentação de propostas revisionais que:

I - incidam na proibição constante do § 4º do artigo 60 da Constituição Federal;

II - substituam integralmente a Constituição;

III - digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas;

IV - contrariem a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

§ 4º - Poderão apresentar proposta revisional, observado o prazo fixado no caput e nos termos do artigo 3º desta Resolução, o Governador do Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado.

§ 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no caput e nos termos do artigo 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, em listas organizadas por, no mínimo, duas entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

§ 6º - As propostas de que tratam os §§ 4º e 5º terão a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 7º - As propostas de emenda constitucional em tramitação na Assembléia Legislativa, ainda pendentes de parecer de mérito, serão transformadas em propostas revisionais e encaminhadas à Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante o período de discussão, o Parlamentar poderá falar, uma só vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão publicadas, tendo os deputados estaduais o prazo de cinco dias para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, substitutivas, modificativas ou aditivas.

§ 1º - Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em Plenário, no momento da votação, de emendas aglutinativas, resultantes de fusão de emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas em apreciação.

§ 2º - As emendas aglutinativas podem ser apresentadas pelos autores das emenda objeto de fusão, por 10 deputados estaduais ou por líderes que representem este número, devendo o relator manifestar-se de imediato sobre elas, podendo oferecer subemendas.

§ 3º - No caso de apresentação de emenda aglutinativa, admitir-se-á destaque para a parte de emenda

objeto da fusão que não tenha sido aproveitada no texto aglutinado, mediante requerimento de 10 deputados estaduais.

Art. 7º - Encerrada a discussão, as propostas revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, conforme a matéria constitucional a que disserem respeito, e enviadas ao relator, que sobre ela emitirá pareceres no prazo de dez dias, podendo concluir pelo oferecimento de subemendas ou substitutivos.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no caput, sem manifestação do relator, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, podendo o parecer ser dado oralmente em sessão.

§ 2º - Em se tratando de parecer a grupo de propostas, concluirá aquele pela aprovação de uma delas, pela sua prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º - Oferecido parecer à proposta revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação.

Art. 9º - Observado o interstício de 24 horas da publicação com os pareceres respectivos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para apreciação.

§ 1º - A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá à ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º Será permitido a qualquer deputado estadual, antes de iniciada a Ordem do Dia, com apoio de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número, requerer preferência para votação de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo, observado o disposto nos artigos 177 a 181 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 10 - O encaminhamento da votação de propostas ou grupo de propostas será feito por dois oradores a favor, tendo preferência o autor da proposta, e dois contrários, previamente inscritos, pelo prazo de cinco minutos, além do relator.

Art. 11 - No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com Parecer Favorável ou substitutivo o relator, ressalvada a apresentação de requerimento na forma do § 2º do art. 9º desta Resolução.

Art. 12 - Aprovada a proposta revisional, ou o substitutivo que regimentalmente tenha preferência, votar-se-á, em seguida, os requerimentos de destaque apresentados, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 170 e 171 do Regimento Interno.

§ 1º - Os destaques concedidos pelo Plenário serão votados logo após a aprovação do requerimento respectivo.

§ 2º - No encaminhamento da votação da matéria destacada, será observado o disposto no art. 10.

§ 3º - As emendas não destacadas serão arquivadas.

Art. 13 - Cada matéria constitucional, depois de aprovada em primeiro turno, será remetida ao relator para realizar a compatibilização ou a sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, com vistas ao segundo turno.

§ 1º - O relator terá o prazo de cinco dias para concluir os trabalhos mencionados no caput e enviar o texto à Mesa para publicação.

§ 2º - As emendas oferecidas em 2º turno de votação serão enviadas ao Relator para apresentação de parecer em 48 horas, o qual deverá ser publicado.

§ 3º - Observado o interstício de 24 horas da publicação ou da distribuição dos avulsos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.

§ 4º - Na discussão, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, no máximo de dois, com preferência para o autor, pelo prazo de cinco minutos, assegurando o uso da palavra ao relator, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, seguida da apreciação dos requerimentos de destaque que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas no segundo turno.

§ 6º - Encerrada a votação, a matéria aprovada será encaminhada ao relator para oferecimento da redação final, dispensando-se esta, a juízo da mesa, ouvido o relator, se aprovada sem emendas ou na forma de substitutivo integral.

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo incluída em Ordem do Dia, observado o interstício de 24 horas de sua publicação.

§ 8º - a redação final será apreciada sem discussão, admitido o encaminhamento de votação, que se dará por maioria simples e processo simbólico.

§ 9º - As dúvidas em relação ao texto serão dirimidas de imediato pela mesa, ouvido o relator.

§ 10 - Decorridos cinco dias da publicação da redação final, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão.

§ 11 - A inclusão de Revisão, será feita a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, sujeito à deliberação do Plenário, por maioria absoluta.

Art. 14 - A aprovação das matérias constitucionais dar-se-á por maioria absoluta de votos dos deputados estaduais.



### **Capítulo III**

#### **Dos Destaques**

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer, será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 18 deputados estaduais ou líderes que representar este número, para:

I - votação em separado;

II - votação de emenda;

III - inclusão, no texto aprovado, de parte de emenda, subemenda ou proposição em tramitação.

§ 1º - Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro de 24 horas que se seguirem à publicação. Na hipótese de parecer em plenário, os requerimentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação dos destaques deverá ser subscrito por, no mínimo, 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e apresentado até o início da Ordem do Dia. Ocorrendo o término da votação de uma matéria e iniciando-se, no mesmo dia, a votação da matéria em relação à qual incida o requerimento de preferência, sua apresentação se dará duas horas antes de iniciada a votação.

§ 3º - Mediante requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e deliberação do Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser votados em bloco.

§ 4º - Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver o maior número de subscritores ou líderes que os representem. Havendo igual número de subscritores, a preferência caberá àquele que tiver sido oferecido em primeiro lugar.

§ 5º - Anunciada sua votação e ausente o primeiro signatário do requerimento de destaque, ficará este prejudicado.

§ 6º - Aprovado requerimento na hipótese de destaque prevista no inciso I do *caput*, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se receber votos positivos da maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 7º - Aprovado requerimento nas hipóteses de destaque previstas nos incisos II e III do *caput*, considerava-se incluída no texto respectivo a matéria objeto do destaque, se aprovada pela maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 8º - As propostas, as emendas e os destaques aprovados prejudicarão as proposições idênticas ou de finalidade oposta; os rejeitados prejudicarão as idênticas.

§ 9º - Rejeitado ou retirado de destaque, ou ainda, de qualquer forma considerado prejudicado, a matéria respectiva retomarà ao grupo de proposição a que pertencer e será tida como aprovada ou rejeitada conforme o sentido da votação original.

§ 10 - As emendas com parecer favorável do relator serão votadas destacadamente, independentemente de requerimento nos termos deste artigo.

### **Capítulo IV**

#### **Seção I**

#### **Dos Processos de Votação**

Art. 16 - As votações serão realizadas por processo nominal, nos termos do disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

### **Capítulo V**

#### **Do Adiantamento da Discussão ou da Votação**

Art. 17 - O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo, 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número.

§ 1º - Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, que, se aprovado, prejudicará os demais.

§ 2º - Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhamento de votação.

### **Capítulo VI**

#### **Da Retirada de Proposição**

Art. 18 - O requerimento de retirada de qualquer proposição poderá ser formulado por seu autor.

Art. 19 - Quando pedida à retirada de proposição com parecer contrário, o presidente definirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo Único - Dependerá da aprovação do Plenário o requerimento para retirada de proposição:

I - com parecer favorável;

II - integrante de emenda aglutinativa.

### **Capítulo VII**

#### **Disposições Finais**

Art. 20 - As bancadas dos partidos ou blocos serão representados por seus líderes na Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Após o encerramento dos trabalhos, convocar-se-á sessão solene para promulgação, ficando prejudicadas as matérias não apreciadas.

§ 1º - O encerramento dos trabalhos poderá ser antecipado, mediante requerimento de 18 deputados estaduais ou líderes que representem esse número, aprovado pelo Plenário, por maioria absoluta.

§ 2º - Rejeitado o requerimento, nova proposta de encerramento somente poderá ser apresentada depois de quinze dias.

§ 3º - As propostas de Emenda à Constituição transformadas em propostas revisionais, nos termos do § 7º do art. 4º, não apreciadas, poderão retomar sua tramitação normal na Assembléia Legislativa, desde que apre-

sentado requerimento nesse sentido pelo primeiro signatário.

§ 4º - Quaisquer dúvidas ou lacunas suscitadas no curso do processo de Revisão Constitucional serão sanadas com base no regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 22 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2000

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Edgar Bueno, Ademir Bier e Nereu Moura.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Emenda Modificativa: altera o parágrafo 5º, do artigo 4º, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação.

Art. 4º - .....

Parágrafo 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no *caput* deste artigo e nos termos do art. 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, 5.000 (cinco mil eleitores), em listas organizadas por uma entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilize pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI E PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de se tornar mais acessível a participação popular no processo revisional, mediante apresentação de emenda. O atual *quantum* exigido, representa os números reais 60.000 (sessenta mil eleitores), cifra que acaba por inviabilizar qualquer tipo de apresentação de emenda de iniciativa popular, especialmente, em face ao curtíssimo lapso de tempo para a apresentação de emendas (30 dias).

Ademais, 5.000 eleitores é o número mínimo necessário para a criação de município. Dessa forma, em tese, não se excluiria os pequenos municípios de apresentarem, emendas individualmente.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Emenda Modificativa: altera o art. 6º, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas, tendo os deputados estaduais prazo de cinco dias, contados da publicação, para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, modificativas ou aditivas.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI E PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, fixa o início da contagem do prazo, tomando como termo inicial a publicação das propostas apresentadas, uma vez que somente a partir da publicação é que torna possível a apresentação de emendas às propostas.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Emenda Modificativa: altera o artigo 5º, do Projeto de Resolução nº 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 5º - Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma vez só, em cada sessão, pelo prazo de quinze minutos.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI E PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa clarear a compreensão do texto, deixando expresso, que o prazo de 15 minutos se refere a cada sessão, e não ao período de discussão como um todo, que é de 45 dias conforme o disposto no art. 3º, do Projeto de Resolução nº 12/2000.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Emenda Aditiva: acrescenta um parágrafo único, ao artigo 8º, do Projeto de Resolução 12/2000, com a seguinte redação:

Art. 8º - .....

Parágrafo Único - as propostas revisionais, as emendas, subemendas, substitutivos, pareceres do relator, e outras matérias objeto de deliberação, apenas serão submetidos à deliberação em plenário, após publicação na pauta por duas sessões.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI E PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Waldyr Rossoni, Nereu Moura e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de assegurar o conhecimento prévio de todas as matérias que serão incluídas na ordem do dia para deliberação em plenário, propiciando melhor conhecimento e análise.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Emenda Modificativa: altera o parágrafo 3º, do artigo 13, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 13 - .....

Parágrafo 3º - observado o disposto no parágrafo único do artigo 8º, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI E PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se faz necessária para adequar o Regimento Interno da Revisão Constitucional às alterações de emenda apresentada, visando dar unidade ao texto, harmonizando-se a exigência de dar ampla publicidade ao processo revisional.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 07

Emenda Modificativa: altera o § 7º, do artigo 13, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 13 - ...

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo incluída na Ordem do Dia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 8º.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI, PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Nereu Moura e Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se faz necessário para adequar o Regimento Interno da Revisão Constitucional às alterações de emenda apresentada, visando dar unidade ao texto, harmonizando-se a exigência de dar ampla publicidade ao processo revisional.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 08

Emenda Modificativa: altera o *caput* do artigo 15, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 15 - ...

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencerem será concedido mediante deliberação do Plêário a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representar este número, para:

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI, PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Nereu Moura e Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de se harmonizar o número de subscritores conforme as demais hipóteses previstas neste Regimento. Ademais, o número de 10 deputados assegura uma melhor participação no processo revisional.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 009

Emenda Modificativa: altera o § 4º, do artigo 15, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 15 - ...

§ 4º - terá prioridade para votação o requerimento de preferência que for protocolado por primeiro.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI, PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Nereu Moura e Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pelo fato de possibilitar maior participação dos grupos minoritários nos debates e discussões em Plêário.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 10

Emenda Modificativa: suprime os parágrafos 1º e 2º do artigo 21, do Projeto de Resolução 12/2000, renumerando o § 3º, como Parágrafo Único.

Art. 21 - ...

§ 1º - Suprimido.

§ 2º - Suprimido.

Sala das Sessões, em 29.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO,  
ÂNGELO VANHONI, PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Nereu Moura e Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pelo fato de que tal previsão é absolutamente desnecessária, uma vez que o prazo revisional já é extremamente exíguo, não havendo porque se prever possibilidade ser abreviado ainda mais.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, dias atrás apresentamos nesta Plenária, o modelo de Regimento Interno que deverá reger os trabalhos de Revisão Constitucional abrindo prazos para a Emenda sobre o Regimento Interno. Não Emenda à Constituição. Emendas ao Regimento Interno que é que vai normatizar os trabalhos da Revisão.

Sobre este Regimento Interno foram apresentadas 10 Emendas. Vossa Excelência e a Comissão Executiva acataram 09 dessas Emendas, por evidente contribuição ao projeto.

Eu gostaria que o deputado Valdir Rossoni, ou seu vice-líder procurasse entender esta colocação que pretendo fazer.

Uma Emenda nós orientamos para a votação contrária a uma Emenda que suprimia o parágrafo 1º e parágrafo 2º do Regimento Interno proposto no artigo 21.

Essa Emenda diz o seguinte, suprime o parágrafo 1º do artigo 21 que diz que o encerramento dos trabalhos poderá ser antecipados mediante requerimento de 18 deputados, conforme fala na frente, ou líderes que representem esse número aprovado pelo Plenário por maioria absoluta. O parágrafo 2º é uma consequência da retirada do parágrafo 1º, que diz rejeitado o requerimento nova proposta de encerramento só poderá ser apresentada depois de 15 dias.

Por que foi dado Parecer Contrário, Valdir Rossoni? Porque acabei percebendo que digamos que nós tivéssemos terminado com 30 dias o trabalho de revisão de Primeiro Turno e viéssemos a votar o Segundo Turno só 15 dias depois porque teria que esperar os 45 dias proposto.

Então o Parecer foi contrário a Emenda para manter o parágrafo 2º e o parágrafo 1º, do artigo 21.

No entanto, eu consulto Vossa Excelência até para a harmonia do trabalho que é só de revisão do projeto que está só votando o Regimento Interno, que nós alterássemos votando favoravelmente também a essa Emenda. Por que nos alegam os autores da Emenda, que ficaram no contrapé, daqui a pouco pedem o encerramento do Processo de Revisão Constitucional antes do tempo e que isso poderia prejudicar os trabalhos.

Como eu sei que nenhuma das duas preocupações tem qualquer tipo de procedência, porque nós vamos gastar 45 dias e talvez, tenhamos até que prorrogar mais. Consulto senhor presidente de nós colocarmos em votação, já que 09 Emendas estão com Parecer Favorável apenas esta está com Parecer Contrário e ela não mexe sobre conteúdo nenhum, que nós puséssemos em votação as 10 Emendas com Parecer favorável. A única coisa que vai acontecer com essa décima é que vai manter esse artigo 21, que ele diz que o prazo de 45 dias tem que ser cumprido até o final.

Ora, acho que isso é meio redundante porque vai ser até o final do mesmo jeito.

Queria só sugerir isso e agradecer a atenção dos companheiros dizendo: Vamos votar o Regimento Interno agora deputado Valdir Rossoni e votamos a Redação Final em agosto, porque daí o prazo de 45 dias começa a fluir exatamente quando retoma os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós iremos votar duas vezes. Votaremos as com Parecer Favorável e as com Parecer Contrário também. O Regimento nos permite isso.

Em votação o projeto ressalvadas as Emendas.

Depois votaremos as Emendas.

Os deputados que aprovam o Projeto de Resolução 012/2000 permaneçam como estão.

#### Aprovado.

Conforme determina o Artigo 171 do Regimento Interno, votaremos as Emendas com Parecer Favorável, em bloco.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

#### Aprovado.

De igual maneira, votamos também as Emendas com Parecer Contrário.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria que Vossa Excelência colocasse a Emenda 2 e a Emenda 10.

Justifico: A Emenda 2, o parecer mantém-se contrário e a Emenda 10, votaremos a favor da Emenda.

A Emenda 2 contra.

A Emenda 10 a favor.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Votamos a Emenda nº 2. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, o que nós não estamos entendendo é porque estamos votando o Parecer Contrário.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, não, não.

O deputado Caíto Quintana solicitou que votássemos as Emendas com Parecer Favorável e as Emendas com Parecer Contrário.

Pois muito bem, as Emendas com Parecer Favorável já foram aprovadas (nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9).

Agora estamos votando separadamente a Emenda de nº 2 e a Emenda de nº 10.

Quero crer que tenha sido essa a intenção de Vossa Excelência.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Mas a dúvida que está havendo em Plenário é se estão votando o Parecer ou a Emenda. Se votarmos a Emenda nº 2, eu creio que por entendimento de Plenário nós votaremos contra a Emenda.

Nós teríamos que levantar, para derrotar a Emenda.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os deputados que votam favoravelmente à Emenda nº 2 permaneçam como estão.

Está rejeitada a Emenda nº 2.

Passa-se a votar a Emenda nº 10.

Os deputados que aprovam a Emenda nº 10, permaneçam como estão.

Está aprovada a Emenda nº 10.

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a incluir no Nível PG-7, os professores que obtiverem certificado de até 30 de junho de 1999 e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E (Publ. no DA nº 86, de 03.08.99).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 404/99**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo visa autorizar o chefe do Poder Executivo a incluir no nível PG7 professores que obtiveram certificado de especialização até 30 de julho de 1999.

Por sua característica o projeto procura ademais, fazer um corretivo necessário nos procedimentos administrativos da Secretaria de Estado da Educação no referente, à aceitação de documentos expedidos por entidades de ensino superior normalmente credenciadas junto ao Ministério Público de Educação.

Tratando-se de matéria afeta à exclusividade do chefe do Poder Executivo, consoante o disposto no artigo 61 da Constituição Federal, entretanto por sua peculiaridade autorizatória, somos de Voto Favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA**  
**E ESPORTES**  
**PROJETO DE LEI Nº 404/99**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificado de até 30 de junho de 1999 e dá outras providências.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, constatou que a proposição fundamenta-se no expressivo número de professores que fizeram o curso de especialização e os diplomas não foram reconhecidos pelo Ministério de Educação e Cultura. Sendo assim, se faz necessário um plano de lei que inclua esses professores no nível PG7 e que os diplomas sejam reconhecidos pelo Ministério de Educação e Cultura.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1300, de autoria do senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada da pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 404/99. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 404/99.

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 006/2000, que dispõe sobre pagamento de auxílio contra acidentes pessoais aos policiais civis ou militares acidentados no exercício de suas funções compreendido entre 10.12.98 e 16.02.2000, mas valores que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 025, de 29.03.2000 - Mens.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 089/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre pagamento de auxílio contra acidentes pessoais aos policiais civis ou militares acidentados no exercício de suas funções compreendido entre 10 de dezembro de 1998 e 16 de fevereiro de 2000, nos valores que especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 89/2000**

**P A R E C E R :**

De autoria do Poder Executivo o presente projeto de lei visa “superar sérios problemas que atingiram as famílias de 14 policiais que perderam a vida e 1 (um) que tornou-se inválido, em decorrência de acidentes no exercício das funções em período em que não havia cobertura de seguro, na forma de Lei 10.792, de 23 de maio de 1994, cujo amparo, diante das circunstâncias apontadas é, sem dúvida alguma, dever do Estado fazê-lo”. O projeto, ademais, prevê a necessária alteração orçamentária para atender o disposto no texto legal.

Dada a relevância da matéria e o elevado alcance social, e de outro lado por se coadunar nos dispositivos legais e orçamentários, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
BETO RICHA - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

## PROJETO DE LEI Nº 89/2000

## P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre pagamento de auxílio contra acidentes pessoais civis e militares acidentados no exercício de suas funções compreendido entre 10 de dezembro de 1998 e 16 de fevereiro de 2000, nos valores que especifica.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição visa superar os sérios problemas que atingem os policiais civis e militares em decorrência de acidentes no exercício de suas funções.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(a) RICARDO CHAB

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagens 008/2000 e 010/2000, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2001. SEM PARECERES.

## PROJETO DE LEI Nº 116/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná, e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

**Capítulo I**

## Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824 de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2001.

**Capítulo II**

## Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado.

b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) operações especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o caput deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

- 00 - ordinário não vinculado;
- 05 - resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;
- 12 - retorno do Prosam;
- 13 - títulos do Tesouro Estadual;
- 23 - renda do Fundo Penitenciário;
- 24 - multas e taxas de Saúde Pública - Funsaude;
- 25 - venda de ativos e/ou devolução de capital subscrito;
- 26 - contribuições compulsórias para a Previdência Social;
- 27 - multas e taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;
- 29 - taxas de Polícia - Funrespol;
- 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- 32 - pesquisa científica e tecnológica;
- 38 - taxa ambiental;
- 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
- 41 - retorno de programas especiais - FDU;
- 47 - receita decorrente da Lei Estadual nº 12.201 de 25.06.98.

Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

- 07 - Convênios com Órgãos Federais;
- 33 - Convênios com o Exterior.

Operações de crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

- 14 - operação de crédito interna - não vinculada;
- 20 - operação de crédito interna - vinculada;
- 30 - operação de crédito externa vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;
- 34 - operação de crédito externa vinculada - Prosam/BIRD;
- 35 - operação de crédito externa vinculada - PQE/BIRD;
- 36 - operação de crédito externa vinculada - Proem/BID;
- 37 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/BID;
- 40 - operação de crédito externa vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/OECF;
- 42 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/OECF;
- 44 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Solidariedade.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

- 16 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

- 45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de outras fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

- 50 - diretamente arrecadados;
- 51 - operação de crédito interna;
- 52 - operação de crédito externa;
- 53 - cota-parte das rendas das loterias estaduais;
- 54 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
- 55 - transferências da União - SUS;
- 56 - reposição florestal - Serflor;
- 70 - aumento de capital social;
- 81 - convênios com órgãos federais;
- 82 - convênios com órgãos do Estado;
- 83 - convênios com o exterior;
- 84 - outros convênios;
- 92 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida
- Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-

financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

### Capítulo III

#### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 9º - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 10 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 11 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo	5,0%
- Poder Judiciário	8,5%
- Ministério Público	3,3%

Art. 12 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 04 de setembro de 2000, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30 de junho de 2000, podendo ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000 de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2000.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser:



I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º da Constituição Federal e do artigo 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 16 - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2001 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$11.510.192.000,00 (onze bilhões, quinhentos e dez milhões, cento e noventa e dois mil reais), a preços de 30 de junho de 2000, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 18 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do

Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 21 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

§ - 1º - No anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

Art. 22 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Pluri-anual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 23 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2000, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2000, a serem incluídos no orçamento de 2001, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2000, conforme artigo 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 11 deste projeto de lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020 de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - às contribuições do estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2000;

X - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 28 desta lei.

Art. 25 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo - até 5%;

Secretaria da Chefia de gabinete do governador - até 2%;

Secretaria de Estado do Governo - até 1%;

Procuradoria Geral do Estado - até 1%;

Ouvidoria Geral do Estado - até 1%;

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - até 4%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL - até 10%;

Secretaria de Estado da Administração - até 12%;

Secretaria de Estado da Fazenda - até 9%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA - até 11%;

Secretaria de Estado de Obras Públicas - até 1%;

Secretaria de Estado da Comunicação Social - até 1%;

Secretaria de Estado da Segurança Pública - até 16%;

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - até 3%;

Secretaria de Estado da Saúde - até 20%;

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - até 6%;

Secretaria de Estado da Cultura - até 5%;

Secretaria de Estado da Criança e assuntos da família - até 6%;

Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - até 3%;

Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - até 5%;

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - até 6%;

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - até 15%;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - até 4%;

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - até 12%;

Secretaria de Estado dos Transportes - até 25%;

Secretaria Especial da Política Habitacional - até 10%;

Secretaria Especial para Assuntos de Previdência - até 2%;

Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos - até 1%.

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 26 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base

na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária**

Art. 29 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2000, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

#### **Capítulo V**

##### **Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida**

Art. 30 - No exercício financeiro de 2001 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder o seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - Atendendo o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem a substituição de servidores e empregados públicos, contabilizadas como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 4º - As despesas com pessoas e encargos sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterà em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2000 e a estimativa para 2001, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

#### **Capítulo VI**

##### **Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito**

Art. 33 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 34 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2001, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

#### **Capítulo VII**

##### **Disposições Transitórias**

Art. 35 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2001, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

#### **Capítulo VIII**

##### **Demais Disposições**

Art. 36 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 14 desta lei.

Art. 38 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 39 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 41 - O artigo 1º acrescentado do parágrafo único e o *caput* do artigo 2º da Lei nº 11.663, de 14 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, e as relativas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Fiscais, próprios da Administração indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL para a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL atuará em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA na elaboração e acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Sistema de Planejamento de que tratam os artigos 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferir, no que couber, atribuições dos respectivos Grupos Setoriais a unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

O eixo fundamental do ajuste fiscal do Estado passa pela capitalização da Paraná Previdência, combinando-se o regime contributivo atuarial - exigido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com a cobertura do déficit previdenciário histórico, mediante o aporte de recursos provenientes

da venda de ativos do Estado, a exemplo da recente operação de alienação de direitos ao recebimento de compensações financeiras devidas ao Estado pelo setor elétrico, cujo produto, em títulos federais inalienáveis, reverteu para os fundos de natureza previdenciária dos servidores públicos estaduais. Desta forma, as variações patrimoniais relacionadas com a origem e aplicação dos recursos de desestatizações deverão refletir, nos orçamentos anuais, as metas indicadas na revisão do Programa de Ajuste Fiscal efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

## 2. Renúncias Fiscais

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75, assim como a criação ou a elevação de despesa obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não ocorrerão no exercício fiscal de 2001, motivo por que se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É importante assinalar que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado, não envolve a renúncia de qualquer parcela da arrecadação presente. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através do crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perdão ou redução, que são em hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal, previstas na Lei Complementar nº 24/75.

## 3. Evolução do Patrimônio Líquido

No período compreendido entre os exercícios de 1998 e 1999, foram alienados ativos, relativos a ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel e da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no montante de R\$666.894.730,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta reais), cujos recursos foram aplicados em estrita consonância com as disposições das Leis Estaduais nºs 11.961, de 19 de dezembro de 1997; 11.963, de 19 de dezembro de 1997; 12.201, de 25 de junho de 1998; 12.355, de 08 de dezembro de 1998 e 12.602, de 30 de junho de 1999.

Quanto ao Patrimônio Líquido, os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

## 4. Metas Fiscais

O esforço fiscal proposto pelo Estado é demonstrado no quadro de metas fiscais, a seguir apresentado, onde parte em 1998 de um Resultado Primário

negativo, na ordem de 5,5% do Produto Interno Bruto - PIB, para atingir já no ano de 2000 um Resultado Primário positivo de R\$238 milhões, que representa 0,36 do PIB, projetando-se 0,55% em 2001, 0,75% em 2002 e 0,86% do PIB em 2003. As despesas para o período de 2001 a 2003 estão projetadas de forma a se ajustarem às disponibilidades de receitas para o atingimento do equilíbrio financeiro estadual.

As receitas do ICMS foram projetadas para o período de 2001 a 2003 levando-se em consideração um crescimento anual de 75% da variação do

PIB (corresponde a 2,6%), uma inflação anual de 7%, além do incremento obtido com o esforço fiscal.

**PROJETO DE LEI  
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
PARA O EXERCÍCIO DE 2001**

**ANEXO DAS METAS FISCAIS**  
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101  
de 04.05.2000)

**Recursos do Tesouro**

Em R\$1.000

Discriminação	Realizado 1998		Realizado 1999		Lei 2000 AJUSTADA		Exercício de 2001		Exercício de 2002		Exercício de 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1. Receita	3.969.054	7,21	4.359.540	7,16	4.553.590	6,82	4.866.633	6,65	5.436.813	6,78	5.708.193	6,49
2. Despesa	6.997.473	12,71	4.584.547	7,53	4.315.189	6,46	4.464.442	6,10	4.834.918	6,03	4.954.916	5,63
3. Resultado Primário	- 3.028.419	- 5,50	- 225.007	- 0,37	238.401	0,36	402.191	0,55	601.895	0,75	753.277	0,86
4. Dívida	475.668	0,86	500.583	0,82	822.000	1,23	897.000	1,23	932.000	1,16	922.000	1,05
5. Receita Financeira	69.765	0,13	80.865	0,13	70.052	0,10	66.979	0,09	65.743	0,08	67.286	0,08
6. Resultado Nominal	-3.434.322	-6,24	-644.725	-1,06	-513.547	-0,77	-427.830	-0,58	-264.362	-0,33	-101.437	-0,12

**Recursos do Tesouro**

Em R\$1.000 Médios de 2000

Discriminação	Realizado 1998		Realizado 1999		Lei 2000 AJUSTADA		Exercício de 2001		Exercício de 2002		Exercício de 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1. Receita	4.919.018	7,21	4.853.559	7,16	4.553.590	6,82	4.545.320	6,65	4.735.109	6,78	4.646.227	6,49
2. Despesa	8.672.266	12,71	5.104.064	7,53	4.315.189	6,46	4.169.683	6,10	4.210.898	6,03	4.033.091	5,63
3. Resultado Primário	-3.753.249	-5,50	-250.505	-0,37	238.401	0,36	375.637	0,55	524.211	0,75	613.136	0,86
4. Dívida	589.516	0,86	557.309	0,82	822.000	1,23	837.777	1,23	811.711	1,16	750.469	1,05
5. Receita Financeira	86.463	0,13	90.029	0,13	70.052	0,10	62.557	0,09	57.258	0,08	54.768	0,08
6. Resultado Nominal	-4.256.301	-6,24	-717.785	-1,06	-513.547	-0,77	-399.583	-0,58	-230.242	-0,33	-82.565	-0,12

**ANEXO II - RISCOS FISCAIS**

Relativamente aos riscos fiscais, baseados na avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do Estado, tal como previsto no artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é oportuno assinalar que a avaliação completa somente poderá ocorrer após deliberação final de matérias em tramitação no Congresso Nacional, tais como Reforma Tributária (Proposta de Emenda à Constituição Federal, PLC nº 175-A de 1995), cujo texto prevê período de transição para salvaguardar o equilíbrio financeiro dos Estados, a nova Lei Kandir, (proposta de revisão da Lei Complementar nº 87/96), que deverá substituir o seguro-receita por uma compensação financeira fixa, para perdas decorrentes da desoneração do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados, e o parcelamento de débitos decorrentes de precatórios (PLC nº 90/1999, no Senado Federal), que deverá

estender por 10 (dez) anos o prazo para pagamento de débitos inscritos por precatórios judiciais.

Na montagem do cenário relativo ao período de 2001 a 2003 cabe destacar que na previsão das Receitas de Recolhimento Generalizado estão incluídos R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) relativos à Alienação de Bens, cujo ingresso em princípio está previsto para o exercício de 2001.

Tais recursos serão programados para a Paraná Previdência e serão utilizados parcialmente no período de 2001 a 2003 para atender a capitalização da instituição.

**PROJETO DE LEI Nº 116/2000**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, § 3º, da Constituição do Estado do

Paraná, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- VII - disposições transitórias;
- VIII - demais disposições.

### **Capítulo I**

#### **Das Prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824 de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2001.

### **Capítulo II**

#### **Da Estrutura e Organização dos Orçamentos**

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado.

b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) operações especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

- 00 - ordinário não vinculado;
- 05 - resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;
- 12 - retorno do Prosam;
- 13 - títulos do Tesouro Estadual;
- 23 - renda do Fundo Penitenciário;
- 24 - multas e taxas de Saúde Pública - Funsaude;
- 25 - venda de ativos e/ou devolução de capital subscrito;
- 26 - contribuições compulsórias para a Previdência Social;
- 27 - multas e taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;
- 29 - taxas de Polícia - Funrespol;
- 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- 32 - pesquisa científica e tecnológica;
- 38 - taxa ambiental;
- 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
- 41 - retorno de programas especiais - FDU;
- 47 - receita decorrente da Lei Estadual nº 12.201 de 25.06.98.

Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

- 07 - Convênios com Órgãos Federais;
- 33 - Convênios com o Exterior.

Operações de crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

- 14 - operação de crédito interna - não vinculada;
- 20 - operação de crédito interna - vinculada;
- 30 - operação de crédito externa vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;

34 - operação de crédito externa vinculada - Prosam/BIRD;

35 - operação de crédito externa vinculada - PQE/BIRD;

36 - operação de crédito externa vinculada - Proem/BID;

37 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/BID;

40 - operação de crédito externa vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/OECF;

42 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/OECF;

44 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Solidariedade.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

16 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de outras fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

50 - diretamente arrecadados;

51 - operação de crédito interna;

52 - operação de crédito externa;

53 - cota-parte das rendas das loterias estaduais;

54 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;

55 - transferências da União - SUS;

56 - reposição florestal - Serflor;

59 - diretamente arrecadados - Superávit Financeiro;

60 - operação de crédito interna - Superávit Financeiro;

61 - operação de crédito externa - Superávit Financeiro;

62 - cota-parte das rendas das Loterias Estaduais - Superávit Financeiro;

63 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran - Superávit Financeiro;

64 - aumento de capital social - Superávit Financeiro;

65 - convênios com Órgãos Federais - Superávit Financeiro;

66 - convênios com Órgãos do Estado - Superávit Financeiro;

67 - convênios com o exterior - Superávit Financeiro;

68 - outros convênios - Superávit Financeiro;

69 - cota-parte da contribuição do Salário Educação - Cota Federal - Superávit Financeiro;

70 - aumento de capital social;

71 - diretamente arrecadados - Excesso de Arrecadação;

72 - operação de crédito interna - Excesso de Arrecadação;

73 - operação de crédito externa - Excesso de Arrecadação;

74 - cota-parte das rendas das Loterias Estaduais - Excesso de Arrecadação;

75 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran - Excesso de Arrecadação;

76 - aumento de capital social - Excesso de Arrecadação;

77 - convênios com Órgãos Federais - Excesso de Arrecadação;

78 - convênios com Órgãos do Estado - Excesso de Arrecadação;

79 - convênios com o exterior - Excesso de Arrecadação;

80 - outros convênios - Excesso de Arrecadação;

81 - convênios com órgãos federais;

82 - convênios com órgãos do Estado;

83 - convênios com o exterior;

84 - outros convênios;

85 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Federal - Excesso de Arrecadação;

92 - cota-parte da contribuição do Salário Educação - Cota Federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa,

cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

### Capítulo III

#### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 9º - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão levar em conta os parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 10 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 11 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Estado, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo	5,0%
- Poder Judiciário	8,5%
- Ministério Público	3,3%

Art. 12 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos prazos estabelecidos nas instruções, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30 de junho de 2000, podendo ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice de variação de preços, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000 de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2000.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º da Constituição Federal e do artigo 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.



Art. 16 - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2001 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$11.912.691.000,00 (onze bilhões, novecentos e doze milhões, e seiscentos e noventa e um mil reais), a preços de 30 de junho de 2000, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 18 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 21 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

§ - 1º - No anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

Art. 22 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com

as prioridades governamentais incluídas no Plano Pluri-anual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 23 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão à Comissão de Sistematização de Precatórios, instituída através da Resolução Conjunta nº 04/99-PGE/SEFA, até o dia 20 de julho de 2000, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2000, a serem incluídos no orçamento de 2001, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2000, conforme artigo 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 11 deste projeto de lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020 de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamento nacionais e internacionais;

VIII - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2000;

X - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 28 desta lei.

Art. 25 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo - até 5%;

Secretaria da Chefia de gabinete do governador - até 2%;

Secretaria de Estado do Governo - até 1%;

Procuradoria Geral do Estado - até 1%;

Ouvidoria Geral do Estado - até 1%;

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - até 4%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL - até 10%;

Secretaria de Estado da Administração - até 12%;

Secretaria de Estado da Fazenda - até 9%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA - até 11%;

Secretaria de Estado de Obras Públicas - até 1%;

Secretaria de Estado da Comunicação Social - até 1%;

Secretaria de Estado da Segurança Pública - até 16%;

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - até 3%;

Secretaria de Estado da Saúde - até 20%;

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - até 6%;

Secretaria de Estado da Cultura - até 5%;

Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - até 6%;

Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - até 3%;

Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - até 5%;

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - até 6%;

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - até 15%;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - até 4%;

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - até 12%;

Secretaria de Estado dos Transportes - até 25%;

Secretaria Especial da Política Habitacional - até 10%;

Secretaria Especial para Assuntos de Previdência - até 2%;

Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos - até 1%.

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 26 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final dos exercício e ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - São consideradas despesas inscritas em restos a pagar aquelas legalmente empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício e aquelas despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de normas legais e contratos administrativos, convênio, ajuste, acordo e congênere, com outro ente da federação, já assinado, publicado e em andamento.

## Capítulo IV

### Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 29 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2000, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

### **Capítulo V**

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 30 - No exercício financeiro de 2001 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

Art. 31 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2000 e a estimativa para 2001, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

### **Capítulo VI**

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 33 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 34 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2001, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

### **Capítulo VII**

Disposições Transitórias

Art. 35 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2001, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

### **Capítulo VIII**

Demais Disposições

Art. 36 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 37 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 14 desta lei.

Art. 38 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento, nos seguintes termos:

### **SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 116/2000**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná, e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

### **Capítulo I**

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824 de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2001.

## Capítulo II

### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) operações especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

- 00 - ordinário não vinculado;
- 05 - resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;
- 12 - retorno do Prosam;
- 13 - títulos do Tesouro Estadual;
- 23 - renda do Fundo Penitenciário;
- 24 - multas e taxas de Saúde Pública - Funsaude;
- 25 - venda de ativos e/ou devolução de capital subscrito;
- 26 - contribuições compulsórias para a Previdência Social;
- 27 - multas e taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;
- 29 - taxas de Polícia - Funrespol;
- 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- 32 - pesquisa científica e tecnológica;
- 38 - taxa ambiental;
- 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
- 41 - retorno de programas especiais - FDU;
- 47 - receita decorrente da Lei Estadual nº 12.201 de 25.06.98.

Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

- 07 - Convênios com Órgãos Federais;
- 33 - Convênios com o Exterior.

Operações de crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

- 14 - operação de crédito interna - não vinculada;
- 20 - operação de crédito interna - vinculada;
- 30 - operação de crédito externa vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;
- 34 - operação de crédito externa vinculada - Prosam/BIRD;
- 35 - operação de crédito externa vinculada - PQE/BIRD;
- 36 - operação de crédito externa vinculada - Proem/BID;
- 37 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/BID;
- 40 - operação de crédito externa vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/OECF;
- 42 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/OECF;
- 44 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Solidariedade.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

- 16 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de outras fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

- 50 - diretamente arrecadados;
- 51 - operação de crédito interna;
- 52 - operação de crédito externa;
- 53 - cota-parte das rendas das loterias estaduais;
- 54 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;

- 55 - transferências da União - SUS;
- 56 - reposição florestal - Serflor;
- 70 - aumento de capital social;
- 81 - convênios com órgãos federais;
- 82 - convênios com órgãos do Estado;
- 83 - convênios com o exterior;
- 84 - outros convênios;
- 92 - cota-parte da contribuição do salário educação

- Cota Federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida  
Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida  
Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-

financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

### Capítulo III

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 9º - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Fazenda deverá:

I - manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, contendo dados e informações descritas no artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

II - as medidas previstas no inciso I deste artigo serão providenciadas a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2001 e nos prazos defini-

dos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 11 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo	5,0%
- Poder Judiciário	8,5%
- Ministério Público	3,3%

Art. 12 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 04 de setembro de 2000, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30 de junho de 2000, podendo ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de

2000 de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2000.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º da Constituição Federal e do artigo 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas como operações especiais.

Art. 16 - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2001 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$11.510.192.000,00 (onze bilhões, quinhentos e dez milhões, cento e noventa e dois mil reais), a preços de 30 de junho de 2000, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 18 - A receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 21 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

§ - 1º - No anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

I - A Mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário à Assembleia Legislativa, conterá quadro demonstrativo dos recursos do Tesouro do Estado transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, previstos no § 2º deste artigo.

Art. 22 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 23 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2000, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2000, a serem incluídos no orçamento de 2001, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;

- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2000, conforme artigo 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 11 deste projeto de lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020 de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2000;

X - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 28 desta lei.

Art. 25 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo - até 5%;

Secretaria da Chefia de gabinete do governador - até 2%;

Secretaria de Estado do Governo - até 1%;

Procuradoria Geral do Estado - até 1%;

Ouvidoria Geral do Estado - até 1%;

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - até 4%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL - até 10%;

Secretaria de Estado da Administração - até 12%;

Secretaria de Estado da Fazenda - até 9%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA - até 11%;

Secretaria de Estado de Obras Públicas - até 1%;

Secretaria de Estado da Comunicação Social - até 1%;

Secretaria de Estado da Segurança Pública - até 16%;

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - até 3%;

Secretaria de Estado da Saúde - até 20%;

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - até 6%;

Secretaria de Estado da Cultura - até 5%;

Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - até 6%;

Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - até 3%;

Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - até 5%;

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - até 6%;

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - até 15%;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - até 4%;

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - até 12%;

Secretaria de Estado dos Transportes - até 25%;

Secretaria Especial da Política Habitacional - até 10%;

Secretaria Especial para Assuntos de Previdência - até 2%;

Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos - até 1%.

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 26 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de

cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## Capítulo IV

### Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 29 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2000, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## Capítulo V

### Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 30 - No exercício financeiro de 2001 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o



Tribunal de Contas, respeitada como limite a média das despesas com pessoal verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - Atendendo o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem a substituição de servidores e empregados públicos, contabilizadas como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 4º - As despesas com pessoal e encargos sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterà em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2000 e a estimativa para 2001, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

## **Capítulo VI**

### **Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito**

Art. 33 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 34 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2001, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

## **Capítulo VII**

### **Disposições Transitórias**

Art. 35 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2001, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## **Capítulo VIII**

### **Demais Disposições**

Art. 36 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 14 desta lei.

Art. 38 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 39 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 40 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 41 - O artigo 1º acrescentado do parágrafo único e o *caput* do artigo 2º da Lei nº 11.663, de 14 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, e as relativas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Fiscais, próprios da Administração indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL para a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL atuará em

conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA na elaboração e acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Sistema de Planejamento de que tratam os artigos 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferir, no que couber, atribuições dos respectivos Grupos Setoriais a unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Beto Richa, Luiz Carlos Zuk.

## ANEXO I - METAS FISCAIS

### 1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinado em 30 de outubro de 1998, entre o Governo do Paraná e a União, constitui-se no marco orientador do processo de equilíbrio das contas públicas do nosso Estado.

O cumprimento das metas pactuadas no programa, para o triênio 1998-2000, foi verificado pela missão técnica da Secretaria do Tesouro Nacional, que visitou o Paraná nos dias 17 a 19 de abril de 2000, devendo resultar na proposição de um novo programa de ajuste fiscal para o triênio 2000-2002, que constituirá a referência principal a ser tomada em conta na elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2001.

O eixo fundamental do ajuste fiscal do Estado passa pela capitalização da Paraná Previdência, combinando-se o regime contributivo atuarial - exigido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com a cobertura do déficit previdenciário histórico, mediante o aporte de recursos provenientes da venda de ativos do Estado, a exemplo da recente operação de alienação de direitos ao recebimento de compensações financeiras devidas ao Estado pelo setor elétrico, cujo produto, em títulos federais inalienáveis, reverteu para os fundos de natureza previdenciária dos servidores públicos estaduais. Desta forma, as variações patrimoniais relacionadas com a origem e aplicação dos recursos de desestatizações deverão refletir, nos orçamentos anuais, as metas indicadas na revisão do Programa de Ajuste Fiscal efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

### 2. Renúncias Fiscais

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75, assim como a criação ou a elevação de despesa obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não ocorrerão no exercício fiscal de 2001, motivo por que se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É importante assinalar que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado, não envolve a renúncia de qualquer parcela da arrecadação presente. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através do crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perdão ou redução, que são as hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal, previstas na Lei Complementar nº 24/75.

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

No período compreendido entre os exercícios de 1998 e 1999, foram alienados ativos, relativos a ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel e da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no montante de R\$666.894.730,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta reais), cujos recursos foram aplicados em estrita consonância com as disposições das Leis Estaduais nºs 11.961, de 19 de dezembro de 1997; 11.963, de 19 de dezembro de 1997; 12.201, de 25 de junho de 1998; 12.355, de 08 de dezembro de 1998 e 12.602, de 30 de junho de 1999.

Quanto ao Patrimônio Líquido, os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

### 4. Metas Fiscais

O esforço fiscal proposto pelo Estado é demonstrado no quadro de metas fiscais, a seguir apresentado, onde parte em 1998 de um Resultado Primário negativo, na ordem de 5,5% do Produto Interno Bruto - PIB, para atingir já no ano de 2000 um Resultado Primário positivo de R\$238 milhões, que representa 0,36 do PIB, projetando-se 0,55% em 2001, 0,75% em 2002 e 0,86% do PIB em 2003. As despesas para o período de 2001 a 2003 estão projetadas de forma a se ajustarem às disponibilidades de receitas para o atingimento do equilíbrio financeiro estadual.

As receitas do ICMS foram projetadas para o período de 2001 a 2003 levando-se em consideração um crescimento anual de 75% da variação do PIB (correspondente a 2,6%), uma inflação anual de 7%, além do incremento obtido com o esforço fiscal.

## ANEXO II - RISCOS FISCAIS

Relativamente aos riscos fiscais, baseados na avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do Estado, tal como previsto no artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é oportuno assinalar que a avaliação completa somente poderá ocorrer após deliberação final de matérias em tramitação no Congresso Nacional, tais como Reforma Tributária (Proposta de Emenda à Constituição Federal, PLC nº 175-A de 1995), cujo texto prevê período de transição para salvaguardar o equilíbrio financeiro dos Estados, a nova Lei Kandir (proposta de revisão da Lei Complementar nº 87/96), que deverá substituir o seguro-receita por uma compensação financeira fixa, para perdas decorrentes da desoneração do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados, e o parcelamento de débitos decorrentes de precatórios (PLC nº 90/1999, no Senado Federal), que deverá estender por 10 (dez) anos o prazo para pagamento de débitos inscritos por precatórios judiciais.

Na montagem do cenário relativo ao período de 2001 a 2003 cabe destacar que na previsão das Receitas de Recolhimento Centralizado estão incluídos R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) relativos à Alienação de Bens, cujo ingresso em princípio está previsto para o exercício de 2001.

Tais recursos serão programados para a Paraná Previdência e serão utilizados parcialmente no período de 2001 a 2003 para atender a capitalização da instituição.

**SUBSTITUTIVO GERAL**  
**PROJETO DA LEI DE**  
**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**PARA O EXERCÍCIO DE 2001**  
**ANEXO DAS METAS FISCAIS**  
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101  
de 04.05.2000)

### Recursos do Tesouro

Em R\$1.000

Discriminação	Realizado 1998		Realizado 1999		Lei 2000 AJUSTADA		Exercício de 2001		Exercício de 2002		Exercício de 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1. Receita	3.969.054	7,21	4.359.540	7,16	4.553.590	6,82	4.866.633	6,65	5.436.813	6,78	5.708.193	6,49
2. Despesa	6.997.473	12,71	4.584.547	7,53	4.315.189	6,46	4.464.442	6,10	4.834.918	6,03	4.954.916	5,63
3. Resultado Primário	- 3.028.419	- 5,50	- 225.007	- 0,37	238.401	0,36	402.191	0,55	601.895	0,75	753.277	0,86
4. Dívida	475.668	0,86	500.583	0,82	822.000	1,23	897.000	1,23	932.000	1,16	922.000	1,05
5. Receita Financeira	69.765	0,13	80.865	0,13	70.052	0,10	66.979	0,09	65.743	0,08	67.286	0,08
6. Resultado Nominal	-3.434.322	-6,24	-644.725	-1,06	-513.547	-0,77	-427.830	-0,58	-264.362	-0,33	-101.437	-0,12

### Recursos do Tesouro

Em R\$1.000 Médios de 2000

Discriminação	Realizado 1998		Realizado 1999		Lei 2000 AJUSTADA		Exercício de 2001		Exercício de 2002		Exercício de 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1. Receita	4.919.018	7,21	4.853.559	7,16	4.553.590	6,82	4.545.320	6,65	4.735.109	6,78	4.646.227	6,49
2. Despesa	8.672.266	12,71	5.104.064	7,53	4.315.189	6,46	4.169.683	6,10	4.210.898	6,03	4.033.091	5,63
3. Resultado Primário	-3.753.249	-5,50	-250.505	-0,37	238.401	0,36	375.637	0,55	524.211	0,75	613.136	0,86
4. Dívida	589.516	0,86	557.309	0,82	822.000	1,23	837.777	1,23	811.711	1,16	750.469	1,05
5. Receita Financeira	86.463	0,13	90.029	0,13	70.052	0,10	62.557	0,09	57.258	0,08	54.768	0,08
6. Resultado Nominal	-4.256.301	-6,24	-717.785	-1,06	-513.547	-0,77	-399.583	-0,58	-230.242	-0,33	-82.565	-0,12

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o relator da comissão, deputado Durval Amaral.

### O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

É com satisfação que, neste momento, encaminhamos para apreciação desta Casa de Leis, o nosso substitutivo geral referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001. Inicialmente o Poder Executivo encaminhou a sua mensagem para esta Casa de Leis. O nosso presidente da Comissão de Orçamento - deputado

Cezar Silvestri juntamente com a Mesa Executiva, abriu o prazo de 10 dias para apresentação das emendas. Após a abertura deste prazo, em contato mantido pela Presidência desta Casa, pela Mesa Executiva e pelo presidente da Comissão de Orçamento - deputado Cezar Silvestri com o secretário de Estado da Fazenda, fomos comunicados que em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, haveria alteração na mensagem original do governo do Estado. E tão logo a Secretaria da Fazenda elaborou o seu adendo, o seu substitutivo à proposta inicialmente encaminhada a esta Casa. Foi aberto o prazo de 7 dias

para que os senhores deputados pudessem apresentar as suas emendas.

Esse prazo sofreu uma prorrogação a pedido do deputado Irineu Colombo - de mais um dia, e tão logo encerrado esse prazo começamos a estudar as emendas. Num total de 12 emendas. Cabe, ressaltar, que realmente a nova proposta encaminhada pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa, consagra todos os princípios contemplados na Lei de Responsabilidade Fiscal que procura incumbir ao ordenador de despesa, maiores responsabilidades na execução fiscal, execução financeira, enfim, no zelo da coisa pública. E, efetivamente, todos esses princípios estão contemplados na LDO.

Os senhores deputados encaminharam 12 emendas. Aquelas emendas que são compatíveis com a LDO, foram acolhidas, foram contempladas sem nenhum obstáculo. Algumas emendas apresentadas podem ser objeto de estudo quando da apresentação da mensagem à Lei de Orçamento. Razão pela qual, preferimos deixar para apreciar essas emendas, quando da apresentação da proposta orçamentária. Que ocorrerá no segundo semestre.

Por fim, algumas emendas foram alteradas de uma maneira a modificar. Para ser bastante sucinto até porque os deputados têm conhecimento das emendas que foram apresentadas e que foram acolhidas pela Comissão de Orçamento. A emenda número 1 do deputado Edson Strapasson, que incluía no artigo 25 § 3, a seguinte redação: "o mínimo de 10% dos recursos que trata este artigo serão destinados ao custeio do Sistema Único de Saúde. Esta emenda deixamos de acolher, deputado Edson Strapasson, porque os recursos do SUS são recursos do governo Federal repassados. E se ainda acrescentássemos mais 10% de recursos do próprio Tesouro do Estado para acrescer uma responsabilidade do Governo Federal, automaticamente estaríamos vindo em prejuízo de outras ações na área da saúde que possa ser desenvolvido pelo próprio governo do Estado do Paraná.

A Emenda nº 2 apresentada pela nobre Bancada do PT, acolhemos parcialmente essa emenda, achamos ela muito salutar até porque no que está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal realmente havia o interesse da contemplação, como de fato contemplamos, ou seja, disponibilizado nos meios eletrônicos, os acessos a execução financeira, ao orçamento do Estado do Paraná, isto está contemplado. Só que o prazo que se pretendia de 120 dias, estamos colocando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, embasa a Lei Orçamentária que vai vigorar em 2001, então haveria um contracenso se começássemos desde já querer acompanhar o orçamento que ainda não foi elaborado, razão pela qual essa disponibilização passa a vigorar a partir do próximo exercício financeiro que ocorrerá a partir de 2001, que fica tecnicamente correto.

A Emenda nº 3, que acrescenta-se também da Bancada do PT, acrescenta-se parágrafo único, artigo 2º com a seguinte redação: Na verdade, ela pretende a insti-

tuição de um novo fundo, de mais um fundo, com a vinculação de receita. A Constituição Federal procura e também temos que fugir sempre das vinculações profissionais, porque a cada fundo que se cria, senhor presidente Nelson Justus, se você vincular a receita, cada vez mais vai engessando o orçamento, e menor é a disponibilidade na gestão orçamentária do Estado. Então, estamos deixando de acolher essa emenda, entendemos que a criação de fundo pode ser feita por lei específica, e o nosso Parecer Contrário não prejudique aqui oportunamente através de lei específica e possa ser criado efetivamente o fundo que se pretende.

A Emenda nº 4 também está sendo rejeitada pela Comissão de Orçamento, tendo em vista que a proposta requer um estudo quanto a viabilidade e a locação de recursos nesses segmentos para se definir a possibilidade de assegurar esses limites diante da pequena margem de recursos não vinculados, é o mesmo problema, você vai carimbando recursos, criando recursos vinculados, isso vai engessando a capacidade orçamentária.

A Emenda nº 4, a partir do momento em que ela fixou o mínimo de 6% de 5% para a área da saúde, agricultura e segurança pública e para a área da cultura. Veja só, é louvável realmente, só que temos nesse artigo que são as verbas remanescentes do orçamento, colocamos como limite até 20%, 30%, isto implica em dizer que poderemos ter ao final da elaboração de orçamento nessas despesas remanescentes, valores até superiores aos que estão pretendendo, só que entendemos que inverter essa ordem nesse momento, ao invés do limite do até, colocarmos o mínimo, poderíamos estar aniquilando qualquer possibilidade inclusive de outras terem recursos remanescentes no orçamento geral do Estado.

A Emenda nº 5 também foi rejeitada.

A Emenda nº 6 da Bancada do PT foi acolhida na íntegra pela Comissão do Orçamento, que diz no seu parágrafo único, para fins desse artigo dever-se-á observar o disposto do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Está na Lei de Responsabilidade Fiscal, então está totalmente acolhida.

A Emenda nº 7 da ilustre Bancada do Partido dos Trabalhadores também foi acolhida na sua íntegra porque ela está compatível com a lei, não há problema algum.

A Emenda nº 8, da caneta do ilustre deputado Irineu Colombo foi rejeitada, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 8º, parágrafo único, estabelece que os recursos realmente vinculados serão utilizados exclusivamente para atender a objeto de sua vinculação, razão pela qual estamos rejeitando essa Emenda.

A Emenda nº 9 também do ilustre amigo e colega, deputado Irineu Colombo, foi rejeitada, porque fundos especiais já dispõe nas suas respectivas leis de criação normas que estabelecem a sua utilização na conta única para controle de movimento financeiro. Portanto, cabe ao Poder Legislativo fiscalizar as ações do Executivo, no sentido de se fazer cumprir o disposto nesta Lei.

Ainda, a Emenda nº 10, do deputado Irineu Colombo, também foi rejeitada, tendo em vista que essa emenda conflita com o Artigo 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina o prazo de 90 dias, após a sua publicação, para a apresentação ao Legislativo Federal de propostas, aos limites globais, para o montante da dívida consolidada à União, Estados e Municípios. Então, ela está em contradição com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Emenda nº 11, ela foi parcialmente acolhida, só foram mudados os percentuais. E a emenda nº 12, ela foi também parcialmente acolhida, reprisando o que determina a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, ao determinar que as despesas do Poder Legislativo com pessoal não poderão ultrapassar a 3%, aí incluindo o Tribunal de Contas. Sendo que para se diferenciar o que é despesa com pessoal do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, se usará a média aritmética dos três últimos anos, dos três últimos exercícios, financeiros realizados entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas.

Automaticamente, seremos a média, e aí os Poderes, o Poder Legislativo, quanto o Tribunal de Contas, poderão gastar dentro do que já vinham gastando da média dos últimos anos.

Então, senhor presidente, nobres Pares, deputados, esta posição da Comissão de Orçamento, quero agradecer de público aqui a confiança do nosso presidente, deputado César Silvestri, no trabalho desta relatoria, a todos os Membros da Comissão de Orçamento.

Haja vista que tivemos um pequeno espaço de tempo para apreciar todas as Emendas, todo o conteúdo, gotejando sempre com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para podermos hoje apresentar no Plenário o nosso Parecer.

Era só, senhor presidente, muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Continua em votação o projeto.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu consulto a Mesa se, neste momento, nós estamos votando apenas o projeto original ou se já estaremos votando o substitutivo, porque infelizmente até agora não chegou aqui em nossas mãos a cópia do Substitutivo que estaria sendo proposto pelo deputado Durval Amaral.

Então, pergunto à Mesa se vamos votar o projeto, neste momento, e o substitutivo à *posteriori*?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vossa Excelência está coberto de razão. Nós estamos aguardando que a gráfica nos entregue o substitutivo, isso deve acontecer o mais rápido possível, para que possamos votá-lo. Nós iríamos colocar em votação o Substitutivo geral, e que na Sessão

Extraordinária, logo a seguir, ele estaria sendo publicado.

Por essa razão, tão logo nós o tenhamos, passaremos às mãos de Vossa Excelência.

Consulto Vossas Excelências se podemos votar o Substitutivo ou se aguardamos, votamos o substitutivo em 1ª Discussão. E posteriormente na Sessão Extraordinária...

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Eu só gostaria, de consultar o deputado Relator, deputado Durval Amaral, as novidades do Substitutivo. Isso que eu gostaria que o deputado confirmasse ou não que as novidades do Substitutivo em relação ao projeto original são acolhimento de algumas Emendas da Bancada do PT e que estarão incluídas. Gostaria de consultar, se o presidente me permite, se é essa a informação ou se tem algumas novidades já incluídas pelo Relator, e que nós não sabemos?

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Não, não, deputado Irineu Colombo. Por isso que eu fiz questão das 12 emendas, narrar uma a uma, o encaminhamento da Comissão de Orçamento, que é o nosso Parecer. Então, em cima do que eu disse sobre cada emenda, não há novidade alguma. A redação ficou desta forma, que inclusive eu havia destacado...

**O Sr. Irineu Colombo**

A novidade são as emendas acolhidas?

**O SR. DURVAL AMARAL**

A novidade são as emendas acolhidas, contemplando estas emendas dentro do nosso substitutivo.

**O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Durval Amaral, somente no seu encaminhamento, na Emenda nº 11, Vossa Excelência citou que houve uma alteração nos percentuais e não citou quais seriam os percentuais. Não sei se foi esta a dúvida.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Se for esta a dúvida, é 3.1 e 1.9.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Gostaria de ter a palavra para fazer um comentário sobre o relatório.

Senhor presidente e senhores deputados, nobre deputado Durval Amaral. A nossa intenção, quando apresentamos diversas emendas - e gostaríamos de ter apresentado até mais, infelizmente não houve tempo hábil para fazer todos os estudos necessários, mas avançamos bastante, eu diria.

Mas, gostaria de comentar algumas emendas rejeitadas, para que ficasse claro para a população do Paraná qual é a nossa posição com relação à Lei de Diretrizes

Orçamentárias. Uma das emendas rejeitadas pelo nobre e competente relator Durval Amaral é que trata dos remanescentes. Aquilo que entendemos dos remanescentes, o que é mínimo e prioritário para nós. Colocamos que na Secretaria de Saúde, no art. 24, dos remanescentes dos recursos, seriam 6% para a Saúde, 5% para a Agricultura e Abastecimento, 5% para a Segurança Pública, 4% para a Cultura. Porque entendemos que estes são os níveis de prioridade que o Estado tem que trabalhar, colocar em primeiro lugar a Saúde. E vivemos um momento bastante complicado da vida paranaense, em que precisamos colocar mais dinheiro na Segurança, também.

Outra emenda que foi rejeitada pelo nobre Relator - a de nº 9 - em que colocamos ali: os recursos financeiros pertencentes aos fundos específicos, como Fundef, sejam mantidos em depósito em conta específica. E estamos repetindo a legislação federal. Apenas que no Estado do Paraná - em que pese a aparente redundância - no ano passado, colocou dinheiro do Fundef em conta única, o que veio trazer problemas contábeis, baseado numa legislação que tem no Estado. Se aprovássemos isto, o governo não teria a defesa que tem apresentado, de que há lei que o ampara. E na verdade a lei estadual não tem poderes, *status*, de anular uma legislação federal, que é o caso da Lei 9.424, de dezembro de 96.

Então, estamos na verdade, com esta emenda, anulando uma legislação que permitia a unificação em conta do Tesouro do Estado, que obviamente pode fazer as manipulações, as movimentações que podem confundir a contabilidade. Queríamos, então, que ficasse consagrado, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dinheiro da assistência social fosse para a conta específica da assistência social, que dinheiro da educação fosse para a conta específica da educação, como é o caso do Banco do Brasil, que vem de Brasília pelo Fundef, fundo de saúde também: conta específica, que todo mundo sabe que deu polêmica na conta da saúde do Estado do Paraná, em conta específica, para uma melhor fiscalização. São estes os três fundos: assistência social, educação e saúde em conta específica. Dinheiro específico em conta específica. Portanto, gostaríamos muito que fosse aprovada.

Por fim, senhores deputados, deputado líder do nosso Bloco Agropecuário, Orlando Pessuti, apresentamos, com a assinatura de vários deputados, dentre eles o deputado Augustinho Zucchi, que tem uma militância na área da agropecuária, apresentamos em 95, uma lei que cria o Fundaf no Paraná. Os deputados Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi podem contribuir nesta lembrança. E também o seguro agrícola. Mas o que acontece, deputado Valdir Rossoni, recentemente, lendo os jornais, encontrei neles que o governo do Estado do Paraná estava preparando e fazia propaganda no canto inferior, direito da 3ª página, que estaria criando o Fadate - Fundo de Aval para a Agricultura Familiar do Estado do Paraná. Tínhamos criado o mesmo fundo, em 95 e reapresentamos o projeto

de lei com a Bancada - muitos deputados aqui, de Situação e Oposição - com mais de 29 assinaturas do Fundafe - Fundo de Desenvolvimento de Amparo à Agricultura Familiar, que também seria um fundo da aval. O governo do Paraná mandou a propaganda para o jornal, dizendo que daqui a uns dias estaria trazendo o projeto de lei na Assembléia Legislativa.

Essa emenda vem atender a nós, deputado Augustinho Zucchi, o brilhante deputado que luta pela agropecuária, Orlando Pessuti, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa assessoria que trabalhou inicialmente na idéia. Estamos atendendo a demanda dessa Assembléia e a demanda do governo do Estado do Paraná, que estaria criando o Fedate. Essa emenda atende prioridade de trabalho como prioridade, não obriga o governo criar, mas já trabalha como prioridade para colocar dinheiro no orçamento, para a criação do Fundo de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Fundafe, no Estado do Paraná e também a implantação do Seguro Agrícola.

Entendo que o Seguro Agrícola tem que ser feito um estudo mais aprofundado, não faria tanta questão que ele fosse aprovado. Mas o Fundafe sim. Porque parece-me que é de interesse do governo e de interesse dos deputados da Assembléia Legislativa. Aí, parece-me flagrante a contradição política do governo do Estado do Paraná, salvo se a publicidade do governo estiver errada. Gostaria de chamar a atenção nesse aspecto. Gostaria de saber se, realmente, o governo do Estado do Paraná vai mandar ou não, para a Assembléia o famoso Fadafe. Evidentemente iremos discutí-lo e temos grandes possibilidades de aprová-lo, em homenagem à Agricultura Familiar do nosso querido Estado do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em votação o substitutivo geral, a Comissão de Orçamento.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, Pela Ordem, mais uma vez.

**(Assentimento)**

Primeiro, para comunicar que já está em mãos de todos os senhores parlamentares, o avulso da Sessão Extraordinária, onde consta publicado o substitutivo geral à Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme anunciou Vossa Excelência.

No que diz respeito, ainda, à votação do substitutivo geral, a pergunta que a gente faz ao líder do governo, se não seria possível acolhermos, fazermos uma votação em destaque dessa emenda 13, para colhermos juntos essa proposta de se incluir, entre as prioridades, a criação da Fundafe. Lembro-me que nas diversas reuniões que tivemos com os agricultores, nesta Casa, em especial, em duas mais recentes em que tivemos, da região Centro-Sul, especialmente, da região de Contenda e da Lapa e, poste-

riormente, com centenas de agricultores liderados pela Fetaep, no “Grito da Terra”, naquelas oportunidades o governo do Estado representado naquela reunião e nós todos assumimos compromissos de se criar esse fundo. Foi trazida a notícia, como valor inicial, senão me falha a memória de um milhão, que seria trazido. Isso foi dito no Plenarinho da Assembléia - estávamos lá e foi trazido de uma reunião, de que o “Grito da Terra teve com o governo, que se criaria esse fundo, não sabemos se com o nome Fundafe ou outro nome, mas que seria, de imediato, apontado para esse Fundo de Aval, um milhão de reais. Foi um compromisso tácito do governo, com os integrantes da Fataep, com os agricultores familiares, com o “Grito da Terra”. A pergunta que nós fazemos é se é possível votaremos em destaque essa emenda.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A pergunta que Vossa Excelência faz é dirigida à Mesa. É evidente que a Mesa colocaria em votação a medida que requeiro e com 18 assinaturas, de acordo com o nosso Regimento Interno. Feito isso tem que colocar em votação. Vossa Excelência pode colocar na Sessão Extraordinária, daqui a 20 minutos. Está em votação o substitutivo geral da Comissão de Orçamento. Discussão, votação. **Aprovado.**

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que institui novas normas sobre Concurso de Prognóstico Numérico. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 087, de 26.06.2000).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 215/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo instituir novas normas sobre Concurso de Prognósticos Numéricos.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1302, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 215/2000. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 215/2000, por 10 (dez) sessões.

#### O SR. CESAR SELEME (Pela Ordem)

Senhor presidente, como autor do projeto e em entendimento com vários deputados que gostariam de

se aprofundar mais no conhecimento desse projeto eu peço a retirada dele de pauta, para que durante julho e agosto a gente possa conversar e chegar a um entendimento.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Se justifica a atitude tomada pelo deputado Cesar Seleme, nós queremos cumprimentá-lo por esta atitude, até porque eu acredito que este seja o projeto com maior número de artigos que talvez até já tenha passado por esta Assembléia, nestes últimos anos, tem 107 artigos. Passou tão somente pela CCJ, na qual, pela legalidade nós demos o Parecer Favorável, no entanto ele não passou pela Comissão de Segurança Pública, já que ele mexe com envolvimento de Polícia Civil e Militar. Não passou pela Comissão de Educação e Cultura, porque ele fala em Lei Zico e Lei Pelé também. Aí porque a necessidade do entendimento de deputado Cesar Seleme de nos dar satisfação de ter este projeto retirado da Ordem do Dia, para que possamos nos aprofundar neste projeto.

#### O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Presidente, eu, na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública gostaria que este projeto passasse pela Comissão de Segurança Pública e que nós fizéssemos uma reunião específica para analisar o projeto, como colocado pelo deputado Algaci Tulio é um projeto de tamanho e envergadura, com tantos artigos e que envolve, sem dúvida alguma a Segurança Pública.

Ao mesmo tempo quero louvar a atitude do autor do projeto que o retirou para que pudesse ser discutido.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. A Mesa entende que os deputados concordam com o requerimento verbal do deputado Cesar Seleme. **Está retirado o Projeto.**

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG, Sessão do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 072, de 07.06.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Notários e registradores do Brasil - ANOREG, Sessão do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2000 de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Relatório de Gestão do Serviço Autônomo Paranacidade, exercício de 1999. PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C..

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Relatório de Gestão do Serviço Autônomo Paranacidade, e a correspondente prestação de contas dos recursos nele aplicados, exercício financeiro de 1999.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 39/2000

#### P A R E C E R :

Em 1996, o instituto de Assistência aos municípios do Estado do Paraná - Famepar, viveu duas fases distintas, sendo a primeira até 30 de julho, quando foi extinto, e a segunda de 30 de julho a 10 de setembro, etapa em que passou pelo processo de inventário e liquidação. Estes períodos foram devidamente fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que aprovou as referidas contas através do Acórdão nº 4.228/98 de 10 de setembro de 1998.

A partir de 01 de outubro de 1996 entrou em funcionamento o Serviço Social Autônomo - Paranacidade, criado pela Lei Estadual nº 11.498 de 30 de julho de 1996, e passou a ser o gestor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, criado pela Lei Estadual nº 8917 de 15 de dezembro de 1988 na qual estabelece que a entidade irá prestar contas a esta Casa.

O Serviço Social Autônomo - Paranacidade/FDU é supervisionado direta e continuamente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU e fiscalizado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme fixado na legislação vigente, tais

como, Lei de Criação, Contrato de Gestão e Estatuto da Entidade, atendendo e cumprindo rigorosamente o estabelecido quanto a prestação de contas junto a Assembléia Legislativa.

Os Relatórios de Gestão dos exercícios de 1996 a 1999 do Paranacidade/FDU, foram devidamente apresentados dentro dos prazos regulamentares, e contemplam:

- os resultados de todas as ações de maneira finalística a todas as metas que foram estabelecidas;

- os demonstrativos orçamentários e financeiros em consonância com o Plano de Ação Estratégica aprovado pelo Conselho de Administração e respeitando os limites orçamentários fixados na Lei de Diretrizes Orçamentária;

- as demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos;

- os pareceres dos auditores independentes (exercícios de 96 e 97 pela Prince Waterhouse e 98 e 99 pela Deloitte Touche Tohmatsu), sem ressalvas, relativos às demonstrações contábeis.

- os atos de aprovação do Conselho de Administração do Paranacidade e do FDU, através de deliberação do colegiado, que em sua maioria representa a sociedade organizada, bem como o poder público.

Cabe ressaltar que o Paranacidade faz a gestão do FDU, que dispõe do Programa Permanente de Investimento - PPI e, é o responsável pela execução do Programa Paraná Urbano - PPU, programa este realizado com recursos externos, através de empréstimo junto ao BID, o que significa que estes programas são auditados pela Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais - CAOCI, do Tribunal de Contas do Estado.

Neste ponto cabe salientar, então, que já existe por parte do Estado e através do Tribunal de Contas, auditoria a essas operações, pois mesmo o FDU, opera fazendo contrapartida ao PPU, o que significa que suas contas são analisadas.

Entretanto, as operações do FDU que não são contempladas nestas auditorias, acabam sendo feitas na ponta, ou seja, no tomador do empréstimo que é o município e naturalmente fiscalizado pelo Tribunal de Contas.

Outro aspecto relevante são os exames minuciosos por que passam os procedimentos, registros e controles da execução de um programa com a envergadura do Paraná Urbano, que tem recursos internacionais, obtidos através do Contrato de Empréstimo, aprovado por esta Casa, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, que monitora, fiscaliza e controla de maneira contínua todas as operações realizadas pelos gestores do PPU e do FDU, conforme pactuado no contrato de Empréstimo nº 917/OC-BR.

Como não bastasse, existe, ainda a Auditoria Técnica, serviço contratado, que fiscaliza o cronograma, a



execução das obras, os materiais e principalmente, a qualidade dos materiais e serviços executados.

Como todos os recursos transitam orçamentária e financeiramente pelas Secretarias de Estado, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Fazenda - SEFA e do Desenvolvimento Urbano - SEDU, isto significa que a destinação dos recursos está sendo fiscalizada pelo Tribunal de Contas através destas Secretarias.

Podemos acrescentar ainda que ocorrem fiscalização e monitoramento das operações e contratos de empréstimos por parte do Tribunal de Contas, do Banco Central do Brasil e do próprio governo do Estado junto ao Banco do Estado do Paraná - Banestado, que é o agente financeiro oficial do PPU e do FDU.

Deve-se considerar ainda, que toda operação de empréstimo realizado com o setor público, incluindo os municípios, encontram-se sob o controle do Senado Federal através de legislação específica e, são monitoradas, controladas e autorizadas pelo Banco Central do Brasil com base na análise da capacidade de endividamento dos tomadores.

Isto posto o Serviço Social Autônomo - Paranácidade, apresentou corretamente as suas contas nestas incluídas o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, respeitando os dispositivos das Leis Estaduais nº 11498 de 30 de julho de 1996 e nº 8917 de 15 de dezembro de 1988 e do Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, que regulamenta o FDU, podendo se aferir que estão devidamente formalizadas e regulares.

Desta forma, com base nos Relatórios da Gestão e nos pareceres dos auditores independentes, sem ressalvas, somos pela aprovação das contas do Serviço Social Autônomo - Paranácidade e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU dos exercícios de 1996, 1997, 1998 e de 1999.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
LUIZ ACCORSI - Relator

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

O encaminhamento que eu faço é contrário a este Projeto de Resolução que aprova a prestação de contas do relatório de gestão do serviço autônomo Paranácidade, exercício de 1999. E a manifestação contrária que eu faço a este projeto e quero aqui até manifestar uma estranheza. Pode parecer uma coincidência mas a Comissão de Tomada de Contas que emitiu Parecer a esta prestação de contas é constituída pelos deputados, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Plauto Miró, Luiz Accorsi, Antônio Annibelli, Antônio Baratter, que substituiu o deputado José Maria Ferreira, Edgar Bueno. Tem como suplentes o César Seleme, o Hermes Fonseca, Durval Amaral, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi, Luiz Fernandes Litro, Luiz Carlos Zuk. O que de certa forma causa estranheza e

este parlamentar é que o relatório aprovado é assinado apenas pelos deputados Duílio Genari, Plauto Miró, Luiz Accorsi e Antônio Baratter. Quatro parlamentares, número suficiente para que a Comissão possa se reunir. Mas nesse relatório não tem nenhuma menção sobre a ausência dos parlamentares que integram a Bancada de Oposição. E nem dos respectivos suplentes, caso os titulares não pudessem comparecer. É uma coincidência, porque num assunto tão polêmico, amplamente questionado pela imprensa do Paraná, através de manifestações dos conselheiros do Tribunal de Contas. Eles queriam essas contas transitando no Tribunal e não foi por uma lei específica que determina ser de responsabilidade da Assembléia Legislativa a fiscalização e a análise das contas. É estranho que nenhum dos seis parlamentares que representavam a Oposição consta como tendo participado dessa reunião.

Nesse relatório observamos que, em muitos momentos, tenta a comissão demonstrar que estaria acontecendo uma efetiva fiscalização também da parte do Tribunal de Contas. Parecendo que ao se afirmar isso, estaria se contrapondo as argumentações feitas pelo tribunal de que não teriam eles nenhum tipo de acesso as essas contas.

(Lê:)

“Causa-me estranheza quando tive acesso a esse relatório e só tive no dia de hoje, porque nunca nenhum dos meus companheiros da Bancada de Oposição me disse que estariam indo a reunião da Comissão de Tomada de Contas. Por isso me causa estranheza que o relatório esteja assinado única e exclusivamente pelos 4 deputados da base governista e por nenhum dos 6 parlamentares da Bancada de Oposição que poderiam estar presentes. Não sei se foram convidados, se foram convocados. Gostaria de saber os motivos que levaram os deputados da Oposição não comparecer. Gostaria que nos fosse informado pelo deputado presidente Duílio Genari. Eram essas as considerações. Entendo que os demais deputados da Oposição devam votar contrário a este relatório que aprova a prestação de contas do Paranácidade.

Muito obrigado!

#### O SR. BERARDIN (Pela Ordem)

Consulto a Mesa se possível retirar este Parecer para que pudéssemos analisar e conhecer o conteúdo, porque eu não me julgo capaz de votar esse processo, porque não conheço. Gostaria de saber de Vossa Excelência senão daria para retirar de pauta para que os deputados pudessem ter acesso, pelo menos conhecer aquilo que estão votando.

Pessoalmente não posso votar porque não conheço o processo.

#### O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem)

Só para esclarecer, sou o presidente da Tomada de Contas e quero informar ao deputado Orlando Pessuti,

que foi distribuído a todos os deputados e se titular não estivesse presente, o próprio titular deveria ter pedido ao suplente dele para comparecer. Reve a maioria, tinha 04 (quatro) deputados presentes e foi analisado o relatório do deputado Accorsi.

Então na Tomada de Contas nós agimos com muita lisura.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A mesa informa que não haveria necessidade de constar na Ata da reunião da comissão. É evidente que deve haver uma Ata, da Reunião da Comissão que não conste no Parecer do Relator.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

É importante que se diga na questão da Paranacidade, que estamos apenas cumprindo a lei. Nós aprovamos aqui e no seu artigo 16, as contas da Paranacidade deverão ser aprovadas anualmente pela Assembleia Legislativa.

Agora não cabe a Liderança, até ao Presidente de Tomada de Contas justificar ausência de parlamentares na Comissão.

Acredito que o presidente de Tomada de Contas tenha comunicado oficialmente aos membros desta comissão e se eles não se fizeram presentes, não cabe neste momento a argumentação de nós retirarmos isso de pauta.

Nós pedimos ao senhores parlamentares que votemos favorável ao Parecer da Comissão de Tomada de Contas.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para Encaminhar, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente e senhores deputados, o razoável que uma comissão tão importante que atua duas ou mais vezes por ano e com tamanho poder de decisão, que é o caso da Comissão de Tomada de Contas, seria a convocação dos deputados titulares, um aviso aos deputados suplentes e quem sabe um convite aos demais deputados, porque em qualquer comissão nós temos voz, não temos voto.

Eu, como presidente da Comissão de Educação, o deputado Pastor Edson Praczyk, já tive oportunidade de testemunhar, quando ele faz a reunião da Comissão de Direitos Humanos, não só convoca os seus titulares, como também convida os suplentes para uma eventual substituição.

Tive o privilégio de participar da comissão produzido pelo deputado Pastor Edson que é um lutador para o funcionamento das comissões nesta Casa, na condição de suplente.

Pois bem, o que acontece nesse caso do Paranacidade.

Uma matéria recentemente divulgada pelo jornal do Paraná diz assim:

**(Lê:)**

“Paranacidade também está sob investigação

Das paraestatais criadas pelo governo Lerner, a Paranacidade, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, é a que movimenta o “filé migno”. É esta paraestatal que cuida das verbas internacionais do programa Paraná Urbano, de melhoria da infra-estrutura urbana dos municípios espalhados pelo interior do Estado.

Assim como as demais, a Paranacidade não presta contas ao TC. Em março deste ano, o Tribunal levantou suspeita com relação a um projeto cartográfico firmado com a prefeitura de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Estado. O TC decidiu ampliar a investigação e abriu uma auditoria para apurar todos os convênios firmados desde 1998. O trabalho não está concluído.

A suspeita foi levantada com base num depoimento do prefeito da cidade, Guiomar Lopes (PMDB), que estava com dificuldades para prestar suas contas. Segundo relato que chegou ao TC, a Paranacidade não faz licitações para executar as obras. Os prefeitos são obrigados, no caso dos projetos cartográficos, a contratar empréstimos junto ao Banestado como forma de viabilizar a contrapartida. E depois ficam com dificuldades para fechar a contabilidade.

A Folha entrou em contato com a assessoria de Lubomir Ficinski, para ouvir a versão do secretário sobre os ataques do TC. O secretário não retornou a ligação. (L.D.)

Gostaria de perguntar ao relator que analisou as contas, se a paraestatal faz ou não faz licitação das obras de acordo com a Lei nº 8666.

Se alguém tem a resposta, que dê ao Plenário.

Gostaria de saber porque é que a bem da boa investigação, a bem da transparência, porque é que não se dá ampla divulgação da análise e não se manda para o Tribunal de Contas? O Tribunal de Contas que tantas vezes o deputado Beraldin tem levantado a voz, que é nosso órgão auxiliar (artigo 75 da Constituição do Estado), e deveria analisar e emitir um parecer prévio não o faz, o caso das “Paranás”, tem algo errado nessa história, senhor presidente. Não podemos votar a toque de caixa, esse relatório. Temos que esperar pelo menos a conclusão dessa investigação feita pelo Tribunal de Contas. Temos que mandar o que foi apresentado para a Assembleia para o Tribunal de Contas para emitir o Parecer prévio para nós.

Aliás, este deputado até agora não recebeu as contas do governo passado que tanto tem solicitado. Como é que nós, deputados, não posso nem fazer arguições e nem avançar nos comentários sobre a contabilidade do Paranacidade porque não tive acesso a elas. Não posso nem comentar números. Posso comentar as teses jurídicas. Vejam a dificuldade que eu, como deputado, tenho

neste momento, aqui na Assembléia Legislativa. Estou sendo tolhido na minha possibilidade constitucional de fiscalizar o Estado do Paraná.

Na revisão constitucional que está por vir, devemos apresentar alguma emenda para disciplinar isso tacitamente e objetivamente, porque senão, vamos continuar vendo no Paraná, Notas Fiscais em que uma paraestatal presta serviços para uma Secretaria, colocando apenas citações subjetivas: “prestação de serviço e levantamento cartográfico”. Diga-se de passagem, levantamento cartográfico que é feito por uma empresa chamada Esteio que está com um “rolo” lá em Londrina e que quando o deputado Vanhoni em 96 levantou uma suspeita, a Esteio chamou para uma reunião lá e eu era líder da Bancada e não me convenceu.

Esteio. Quero que alguém desminta se na prestação de contas da Paranacidade não tem várias notas em que aparece a empresa Esteio! As paraestatais do Paraná, que é o filé mignon, portanto, a partir dela discutimos todas as outras, a Ecoparaná que é outra paraestatal está com uns problemas que o Nakamura, nosso Secretário não conseguiu explicar lá em Foz do Iguaçu.

Temos que fazer um acordo aqui nesta Assembléia, que as contas têm que ser bem aberta. Ou então vamos exigir, vendo a possibilidade jurídica - já que o Tribunal de Contas já tem parecer sobre isso, pegamos lá o parecer do Tribunal e entraremos com uma ação para que essas contas vão efetivamente para o Tribunal de Contas. Escorado, senhor presidente, no artigo 75 da Constituição do Estado que diz o seguinte:

“O controle externo a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete apreciar as contas prestadas, normalmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que poderá ser elaborado em 60 dias a contar do seu recebimento”.

Fala em contas na Constituição e contas são contas! Inclusive a comissão que está tomando o Parecer é Comissão de Tomada de Contas. Está inconstitucional essa avaliação. Precisamos remeter e precisamos ver o parecer prévio do Tribunal de Contas, senhor presidente. Estou encaminhando à Mesa, inclusive com auxílio do deputado Caíto Quintana, um requerimento para retirada deste projeto da Ordem do Dia.

Requerimento: “Deputado Nelson Justus, os deputados que o presente subscrevem, requerem de Vossa Excelência que as contas do Paranacidade relativas ao exercício de 99, sejam de conformidade com o artigo 75 da Constituição do Estado e enviado para parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.”

Neste termos, pede deferimento.

Gostaria de ter o assentimento de todos os deputados, ou então estamos dando, hoje, uma avaliação que não precisamos, efetivamente, do Tribunal de Contas e aí apresentaremos uma emenda constitucional acabando com ele na revisão constitucional.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, já encaminhei o projeto. Entrei com requerimento para a Sessão Extraordinária, para a retirada da Ordem do Dia em segunda votação. Aprovamos o projeto em primeira e pedimos a retirada do projeto em segunda votação, e sua votação para o segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então há requerimento do líder do Governo para que aprovemos em primeira discussão, até porque o projeto é eminentemente constitucional, aprovemos em primeira discussão o Projeto de Resolução 015/2000 e seria retirado na Sessão Extraordinária.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Existe um requerimento firmado pelo deputado Irineu Colombo, porque ele entende que não deveríamos votar a 1ª votação hoje. Deveríamos retirar e encaminhar ao Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Existem dois requerimentos: um do deputado Colombo solicitando que de conformidade com o Art. 75, que não fala exatamente sobre essas pára-estatais, data vênha, me permito.

De que este projeto deva ser encaminhado para parecer prévio ao Tribunal de Contas. Mas, vou colocar em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Quero discordar de Vossa Excelência, Vossa Excelência me permita discordar de Vossa Excelência, porque entendo Vossa Excelência. Mas veja, estamos colocando um requerimento que vem contra a lei, acredito sim, senhor presidente, que o requerimento que tem que ser acatado pela Mesa, claro que a decisão é de Vossa Excelência, o requerimento é o meu, aquele que propõe a retirada em 2ª Votação, agora, colocar o requerimento para encaminhar para o Tribunal de Contas, nesse momento, ele vem contra a lei.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Deputado Valdir Rossoni, pode ser contra a lei, concordo com o senhor, mas a lei está contra a Constituição, artigo 75, da Constituição, entre a lei e a lei maior que a Constituição, eu sou constitucionalista, a lei é muito clara, contas do Estado do Paraná, artigo 75, inciso 1º da Constituição do Estado do Paraná, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar e vai analisar as contas do Estado. qual foi a Comissão na Assembléia que analisou? A Comissão de Tomada de Contas. A Constituição diz que é o Tribunal de Contas que tem que emitir Parecer prévio. A lei do Paranacidade está sendo questionada judicialmente, o Tribunal de Contas tem se manifestado publicamente que a lei é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero esclarecer a Vossa Excelência.

Atendendo ao disposto da Lei nº 11.498, de 30 de junho de 96, a Assembléia recebe o relatório de gestão de serviço do Paranacidade relativo ao ano de 99, ela recebe e analisa, com toda a clareza com toda transparência. Quero entender que para maior clareza e entendimento de todos os senhores, a sugestão apresentada pelo Líder do Governo, é sem dúvida nenhuma que atende os interesses da Casa, nós não temos como, nós iremos seguramente aprovar a constitucionalidade, porque é totalmente constitucional, e se retira o projeto para que então se analise com todas as condições, mas que não podemos negar a constitucionalidade do pedido que veio aprovado por uma Comissão Permanente da Casa, data vênua, me perdoe, deputado Colombo.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, eu consulto a Mesa, se há em algum texto da lei que diz que não se deva encaminhar ao Tribunal de Contas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não.

O SR. HERMES FONSECA

Então, acho que ela fere a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A matéria tem que ser apreciada pela Casa, a partir do momento que nós votarmos a lei, a Mensagem do governo, aí sim, enquanto não votarmos a que vale é essa que nós estamos votando.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho que no fundo uma coisa invalida a outra, claro! Se nós colocarmos em votação o requerimento e ele ganhar vai sair a matéria, se o requerimento for rejeitado, vota-se o projeto e vota-se o requerimento do deputado, Líder do Governo que retira na 2ª Discussão, quer dizer, acho que a discussão nesse momento na Assembléia, como existe opiniões divergentes na questão da constitucionalidade ou não da lei, dá-se pelo voto, vota o requerimento do deputado Colombo, se eventualmente for rejeitado, o artifício usado está cumprido, vota-se o projeto e vota-se o requerimento do deputado Valdir Rossoni, que é Líder do governo, retirando por 10 sessões, e nós liquidamos esta questão sem maiores discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa decide a questão de Ordem ela vai colocar em votação o requerimento do deputado Irineu Colombo, explicando que o requerimento do deputado Irineu

Colombo fere a autonomia desta Casa de examinar as contas depois do Tribunal de Contas.

Portanto, eu avoco ao Plenário, e solicito o Plenário que decida sobre o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requero a Vossa Excelência a retirada do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento de deputado Irineu, que...

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Deputado Nelson Justus, eu entendo de Vossa Excelência, a preocupação com a questão: autonomia da Assembléia Legislativa. Entendo da mesma forma o desejo dos parlamentares, de Situação e de Oposição, têm de analisar com maior profundidade as contas do Paranacidade, em razão até porque elas foram vistas na Comissão de Tomada de Contas, e o Plenário desta Casa não tomou conhecimento.

Gostaria de propor ao deputado Valdir Rossoni: nós votamos a constitucionalidade e retiramos na 2ª votação por dez sessões, para podermos discutir durante o mês de julho e tomarmos conhecimento maior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tentei induzir, indevidamente, os deputados a isso...

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, que foi a proposta levada pela Liderança do Governo, e entendi desta forma de Vossa Excelência. E cumprimento o deputado Caíto por esta atitude. Quero dizer que nós concordamos da retirada do Projeto em 2ª Discussão, porque se é vontade desta Casa, nós nos curvamos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

1ª Discussão do Projeto de Resolução 015/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço que registre o voto contrário da Bancada das Oposições ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está devidamente registrado.

Sobre a mesa, requerimento nº 1282, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1283, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1284, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1285 e 1294, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1286, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1290, 1291, 1298 e 1299, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1295, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1297, de autoria dos senhores deputados Caíto Quintana e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1303, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1304, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Caíto Quintana e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1305, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1279-A, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1296, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Beraldin e Ricardo Chab, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1253, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

#### O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ontem após a sessão, recebi através do líder do Governo, ofício da Sanepar respondendo ao requerimento. Muito embora a resposta não satisfaça nossas alegações, eu concordo que seja retirado o requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente retirado.

Requerimento nº 1288, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Para discutir, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós estamos aqui no afogadilho da votação e eu gostaria, se Vossa Excelência pudesse reconsiderar, a questão do requerimento feito pelo deputado Irineu Colombo e Hermes Fonseca, porque eu me equivoquei e achei que estávamos votando este requerimento do deputado Hermes Fonseca. Então, se Vossa Excelência pudesse reconsiderar a votação anterior, porque eu cometi um equívoco ao pedir para discutir o requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com muito prazer, até porque acho muito meritório o pedido dos deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca, no que diz respeito à Uniãoeste.

Em votação a proposição da retirada do adiamento de discussão do deputado Valdir Rossoni. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/2000

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 239, 551, 620/99; 093 e 094/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 568/99 e 091/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 045, 089, 116 e 185/2000 e do Projeto de Resolução nº 015/2000.

Marco ainda uma sessão ordinária para terça-feira, dia 01, de agosto, à hora regimental.

Levanta-se a sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2000

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 015/2000, item 13 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM :

2ª Discussão - do Projeto de Lei nº 051/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que regulamenta a atividade de rodeio como esporte no Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaucho, torna obrigatória a inclusão da disciplina “Cidadania” no currículo das Escolas Estaduais do Paraná. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 239/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a instituir a disciplina “Cidadania” no currículo das Escolas de 1º Grau do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º - A disciplina “Cidadania” tem por objetivo o despertar para o exercício da cidadania culminado em:

I - melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

II - observância dos direitos e deveres do cidadão;

III - despertar do espírito crítico;

IV - conhecimento e respeito às Instituições existentes;

V - preservação da Paz, da Ordem e da Justiça.

Art. 3º - Consideram-se temas pertinentes à disciplina “Cidadania”, entre outros, os seguintes:

I - educação ambiental;

II - educação tributária;

III - Código de Defesa do Consumidor;

IV - Código Nacional de Trânsito;

V - noções de higiene e saúde;

VI - doenças sexualmente transmissíveis;

VII - defesa do patrimônio histórico e cultural;

VIII - direitos do mentor e do adolescente;

IX - combate ao desperdício;

X - participação na vida da comunidade;

- XI - democracia - princípios;
- XII - o papel da justiça;
- XIII - o papel da família;
- XIV - os meios de comunicação;
- XV - a leitura como meio de informação.

Art. 4º - É vedado atribuir-se caráter doutrinário, político ou religioso, para a disciplina, sujeitando-se os infratores às penalidades da Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 551/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 620/99, de autoria do deputado Ademir Bier, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o “Clube de Mães do Bairro Mercês”, com sede e foro no município de Curitiba-PR. **Aprovado.**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 094/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e a Infância - UNAPMI com sede e foro no município de Curitiba-PR. **Aprovado.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 568/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no município de Mandaguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

#### ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, autoriza o Poder

Executivo a realizar demarcação topográfica e posterior regularização nos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C. EMENDA DA C.C.J. E EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado do Trabalho, com sede no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2000, dispõe sobre pagamento de auxílio contra acidentes pessoais aos policiais civis ou militares acidentados no exercício de suas funções compreendido entre 10.12.98 e 16.02.20000, nos valores que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P. **Aprovado.**

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, não gostaria de votar contrário ao projeto, apenas gostaria de receber uma informação por parte do deputado Valdir Rossoni. Me parece que são 14 casos de policiais que têm alguns processos, problemas familiares e tal.

A pergunta que faço é: qual a intenção do governo com o projeto no sentido de se tiverem outras demandas semelhantes no futuro? Porque o projeto atende situação específica.

Gostaria apenas de entender a questão da legalidade e da justificativa da necessidade de tal projeto.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Estamos votando este projeto de lei onde autorizamos o pagamento de indenização a estes 14 servidores e, à partir de agora, não há mais necessidade porque está implantado o seguro para estes servidores.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão o Projeto de Lei nº 089/2000. **Aprovado.**

#### ITEM 11

2½ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2000 e 010/2000, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2001.

**PARECERES FAVORÁVEIS. Aprovado, artigo por artigo**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Notários e Registradores do Brasil - Anoreg, Seção do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova a prestação de contas do relatório de gestão do serviço autônomo Paranácidade, exercício de 1999. **PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.**

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1306, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 015/2000, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do projeto de Lei nº 015/20000, por 10 (dez) sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência anuncia a presença, a pedido do deputado Carlos Simões, do Prefeito de Quitandinha, José Quirera. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra a seguir, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 568/99, 089, 116 e 185/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 045 e 051/2000.

Levanta-se a sessão.